

UNIVERZITA PALACKÉHO V OLOMOUCI

Filozofická fakulta

BAKALÁRSKA PRÁCA

Olomouc 2021

Michael Mačica

UNIVERZITA PALACKÉHO V OLOMOUCI

Filozofická fakulta

Katedra romanistiky

Portugal – um país na periferia da Europa

Portugal – a country at the periphery of Europe

(Bakalárska diplomová práca)

Autor: Michael Mačica

Vedúci práce: PhDr. Zuzana Burianová, Ph.D.

Olomouc, 2021

Čestné prehlásenie

Prehlasujem, že som túto bakalársku prácu vypracoval samostatne pod odborným vedením PhDr. Zuzany Burianovej, Ph.D. a uviedol v nej všetku literatúru a ostatné zdroje, ktoré som použil.

Olomouc, 06.05.2021

.....

podpis

Pod'akovanie

Moja vďaka patrí PhDr. Zuzane Burianovej Ph.D., ktorá ma pri písaní mojej bakalárskej práce viedla, dávala cenné rady a pripomienky. Moja vďaka taktiež patrí aj mojej rodine a blízkym za pomoc a podporu či už pri písaní tejto práce, ale aj počas celého štúdia.

ÍNDICE

1. Introdução.....	6
2. Posição de Portugal na Europa desde meados do século XIX até aos anos 30 do século XX..	8
2.1. Segunda metade do século XIX.....	8
2.2. Fim da Monarquia (1890-1910)	9
2.3. Primeira República (1910-1926)	12
2.3.1. República Velha (1910-1917).....	12
2.3.2. Primeira Guerra Mundial (1914-1918).....	14
2.3.3. Governo de Sidónio Pais (1917-1918) e da Nova República (1919-1926)	15
3. Ditadura Militar (1926-1933).....	16
4. Estado Novo (1933-1974).....	18
4.1. Economia do Estado Novo.....	18
4.2. Educação e cultura.....	20
4.3. Segunda Guerra Mundial e os anos 50	22
4.4. Abertura da economia nos anos 50 e 60	23
4.5. Guerra Colonial (1961-1974).....	25
4.6. Revolução em 25 de Abril de 1974	25
5. Do 25 de Abril à Entrada na C.E.E. (1974-1986)	27
5.1. Processo Revolucionário em Curso – PREC (1974-1976)	27
5.2. “Consolidação europeia” (1976-1986).....	29
6. Integração Europeia (1986-2000).....	32
6.1. Entrada na C.E.E.	32
6.2. Lisboa 94 – Capital Europeia da Cultura	34
6.3. Exposição Mundial de 1998.....	38
6.4. Portugal a partir de 2000.....	40
7. Conclusão.....	45
Resumo em eslovaco.....	47
Bibliografia	49
Fontes electrónicas	50
Anotação em português:	53
Abstract in English.....	54

1. Introdução

O objetivo deste trabalho é analisar a condição periférica de Portugal no âmbito do Continente europeu, que é um aspeto bastante discutido e com grande influência na história e no funcionamento atual deste país. Portugal é conhecido pela sua rica história, na qual sobressaiu a época dos descobrimentos, quando os seus famosos marinheiros navegavam por todo o mundo. Foi a posição geográfica marginal de Portugal que fez com que os portugueses saíssem do seu país para explorar o mundo. Apesar de Portugal se tornar, na época dos descobrimentos, uma potência europeia, a sua condição periférica continuou e foi intensificando-se, devido ao seu “percurso histórico lábil, feito de [...] misérias [...] pobreza, de demandas de outras terras e povos”¹.

A presente tese pretende analisar este percurso histórico, desde fins do século XIX até à atualidade. A monarquia portuguesa começou a desmoronar-se no final do século XIX e o país adotou, no início do século XX, o regime republicano. A Primeira República foi, porém, marcada por um fracasso, que levou a uma ditadura e, depois, à instauração do Estado Novo, de Salazar, um homem de tendências ditatoriais, que tentava fortalecer Portugal como nação, fazendo com que parecesse autossuficiente e independente do resto do Continente europeu. Contudo, este estilo do governo tornou Portugal ainda mais isolado e subdesenvolvido, quando comparado com o resto do Continente. A situação só começou a mudar depois da Revolução de 1974 e, sobretudo, depois da adesão à Comunidade Económica Europeia, que determinou o caminho democrático do país.

Nos primeiros capítulos serão examinados os aspetos da sociedade portuguesa e os eventos que levaram ao colapso da monarquia e ao nascimento do sistema republicano. Em seguida, a tese abordará os problemas da República que mais tarde levaram à queda desse sistema. Por conseguinte, apresentaremos os aspetos mais importantes do governo de Salazar, que contribuiu para ainda maior isolamento do país, fazendo dele uma periferia da periferia. A seguir, será explorada a queda do seu regime e os esforços de Portugal, após a Revolução, para se integrar numa Europa moderna e democrática.

Os capítulos seguintes analisarão os passos e os acontecimentos concretos que ajudaram a eliminar as diferenças entre Portugal e o resto do Continente. Como primeiro, será observada a entrada na Comunidade Económica Europeia, que contribuiu para uma maior prosperidade económica e para uma mudança social. Depois disso, serão mapeados dois eventos importantes: Lisboa 94 – a Capital Europeia da Cultura, e a Exposição Mundial de 1998. Por fim, a tese

¹ Firmino Mendes, “Portugal: Uma Identidade na Margem Atlântica da Europa,” *Ábaco*, n. 16 (1998), 100.

examinará o desenvolvimento do país nas últimas duas décadas.

O objetivo principal da tese é apontar para a condição periférica de Portugal no âmbito do Continente europeu, sendo a posição geográfica intensificada pelo declínio, atraso ou isolamento político do país. Esta condição periférica de Portugal será examinada em vários aspetos, sejam históricos, políticos, económicos ou sociais. Pretende-se também chamar atenção para os esforços do país, intensificados nos últimos decênios, de se tornar um parceiro igualitário e desenvolvido na Europa.

2. Posição de Portugal na Europa desde meados do século XIX até aos anos 30 do século XX

2.1. Segunda metade do século XIX

A primeira metade do século XIX foi relativamente agitada. Depois das invasões francesas, havia sinais de insatisfação com o curso do país, o que acabou por levar à Guerra Civil, entre 1832 e 1834, na qual liberais consituionalistas e absolutistas se enfrentaram. A Guerra terminou com a vitória dos liberais, segurando a restauração da Monarquia constitucional no país.

Até meados do século, a cena política do país era marcada por uma intensa divisão política entre uma facção moderada e uma facção radical. Apesar de os governos terem conseguido fundar escolas politécnicas e liceus, eram incapazes de implementar uma estabilidade política e económica, levando o país à beira da bancarrota, nos finais de anos 40.²

A isso seguiu o período da Regeneração, após um pronunciamento militar que ocorreu em abril de 1851. O pronunciamento foi o resultado do descontentamento social, causado pela decadência na esfera política. Em 1852 foi revista a Constituição, ampliando o sufrágio, e estabeleceu-se o rotativismo partidário, possibilitando aos partidos alternarem no poder e equilibrarem os seus interesses. Criou-se a divisão do poder entre o Partido Regenerador e o Partido Progressista, que se formou do Partido Histórico e do Partido Reformista. Esta divisão política foi também conhecida como o rotativismo político-partidário, designando o sistema em que dois partidos mais fortes mantêm o poder, sem a possibilidade de outros partidos chegarem ao poder. Deste modo, até 1890, os dois partidos continuavam a alternância no poder. Nesse período foi atingida uma relativa paz na cena política, sendo interrompida apenas por dois movimentos contra a criação de certas leis, “Janeirinha” em 1868, e “Saldanhada” em 1870.

A estabilidade no sistema político permitiu que o governo investisse no desenvolvimento e na modernização de Portugal. António Fontes Pereira de Melo, o chefe do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, destacava a importância de construir infraestruturas, sobretudo vias de comunicações, para que se rompesse o isolamento de algumas regiões, e que se apoiasse um mercado interno. Assim, até ao final do século foi possível construir cerca de 10 mil quilómetros de redes rodoviárias e ferroviárias. Em 1856, foi inaugurado o primeiro troço de caminho de ferro, unindo Lisboa a Carregado (cerca de 40 km). Na sequência, o comboio continuava a atingir outras regiões, como o Minho (1877), Trás-os-Montes (1883), e o Algarve (1889). Ao longo do período da Regeneração, foi introduzido o

² Cf. José Miguel Sardica, *Século XX Português* (Leya, 2012), 9.

telégrafo (1857) e o telefone (1882), ademais, foram construídas algumas pontes importantes, como a ponte D. Luís (1886), no Porto. Este desenvolvimento das redes infraestruturais tornou o movimento de pessoas e mercadorias mais barato e, sobretudo, mais rápido. Foram introduzidos serviços como o Sud-Express, unindo a cidade de Lisboa com Madrid e Paris.

No entanto, o Estado Português não foi capaz de pagar as suas dívidas externas e, por conseguinte, no início da década de 90, teve que declarar a bancarrota. A bancarrota foi o resultado do investimento no desenvolvimento da infraestrutura que, porém, não conseguiu dinamizar suficientemente a economia, sendo Portugal incapaz de competir no mercado internacional. Por causa do seu longo declínio, a indústria não conseguiu competir com o resto da Europa. Segundo os inquéritos do final do século, apenas 20% de pessoas trabalhavam no setor industrial, demonstrando-se uma falta de recursos humanos qualificados.³ Pelo seu subdesenvolvimento industrial e pela competitividade de outras indústrias europeias, Portugal teve de contar com importações muito elevadas, o que levou a uma balança comercial deficitária.

2.2. Fim da Monarquia (1890-1910)

Os últimos dez anos do século XIX ficaram marcados principalmente pelo caos que imperava na sociedade; o povo queria o fim da monarquia e o início da república, que traria maior democracia, havendo um surto de tendências patrióticas. A população desejava algum progresso no funcionamento do país, dando-se conta não apenas da sua localização geográfica periférica, mas também do atraso económico. A monarquia sofreu um grande declínio da popularidade, sobretudo devido à desconfiança dos seus cidadãos em consequência do Ultimato Britânico, declarado a 11 de janeiro de 1890.

Os anos que antecederam o Ultimato eram importantes para os portugueses, pois Portugal realizava expedições militares na África, nomeadamente em Moçambique e Angola. Inclusive, pretendia unificar esses dois países, conectando-os no eixo horizontal no imaginário mapa Cor de Rosa. Tratava-se, porém, de um problema, pois os ingleses procuravam ligar as cidades de Cabo e Cairo, no eixo inverso, vertical, o que significaria que Portugal não teria bases militares necessárias para prosseguir as suas viagens e, possivelmente, também para adquirir outros territórios.

O Ultimato afirmava que Lisboa devia providenciar que Portugal se desfizesse de quaisquer bases militares localizadas no território dos actuais países Zâmbia e Zimbabué. Se isso não acontecesse e Lisboa não conseguisse cumprir esse dever, a guerra seria declarada.

³ Cf. Diogo Ferreira e Paulo Dias, *Portugal de Hoje* (2016), 142.

Assim, Portugal entrava em uma crise política, mas também caminhava para uma crise económica e social. A crise política era uma das maiores na história do país, com até 14 eleições gerais e 11 dissoluções do parlamento, entre 1890 e 1910.⁴

Na virada do século XX, Portugal tinha cerca de cinco e meio milhões de habitantes,⁵ dos quais a grande maioria vivia principalmente em zonas rurais. O número de pessoas que viviam em áreas urbanas e em grandes cidades não era realmente grande, e a capital do país, Lisboa, nem atingia 400.000⁶ habitantes, o que fazia de Lisboa uma das menores capitais da Europa Ocidental. A esperança de vida era apenas metade da atual (40 anos), o que se devia a vários problemas, incluindo o sistema de saúde insuficiente ou a vida em condições insatisfatórias.

Outro problema que o país tinha que enfrentar era o alto índice de emigração, já que dezenas de milhares de pessoas deixavam o país todos os anos e iam para o Brasil (80-90% de todos os emigrantes)⁷ ou para outros países do Continente Americano. A emigração foi condicionada principalmente pela pobreza, associada a outros problemas, incluindo um salário real muito baixo, que não representava nem a metade do que existia nos países desenvolvidos, ou um nível muito elevado de analfabetismo, que afetava mais de um terço da população do país.⁸ A emigração, assim, resultou na grande perda de trabalhadores mais qualificados.

O país era governado pela elite que se inspirava quase em tudo no exterior. Graças a ela começaram a ser construídas estradas, ferrovias e escolas. Embora essa elite rica representasse apenas uma percentagem muito pequena da população, junto com os representantes da Monarquia e da Igreja Católica tinha o poder suficiente para governar todo o país. Vários autores, entre os quais um dos mais célebres, Eça de Queirós, ofereceram nas suas obras uma imagem satírica da sociedade portuguesa da época, mostrando como a própria elite procurava imitar e importar quase tudo do estrangeiro. Havia assim, um considerável contraste entre a parte rural da população e a elite que vivia sobretudo nas cidades.

Um aspeto, porém, aproximou Portugal dos países mais desenvolvidos da Europa Ocidental, nomeadamente o carácter da sua monarquia, que apresentava certas tendências semelhantes ao estilo liberal da monarquia na Grã-Bretanha. Este estilo de monarquia foi condicionado pela Carta Constitucional de 1826, que resultou na perda do poder moderador do

⁴ Cf. Sardica, op. cit., 11.

⁵ Cf. Ibid. 8.

⁶ Cf. Ibid.

⁷ Cf. José Manuel Ferraz, "O Desenvolvimento Socioeconómico Durante a Primeira República (1910-26)," *Análise Social*, Segunda Série, 11, n. 42/43 (1975), 457.

⁸ Cf. Sardica, op. cit., 9.

monarca, deixando-o apenas com o poder judicial, legislativo e executivo.⁹

No entanto, o país não avançava tanto quanto os outros países da Europa ocidental e mostrava sinais significativos de pobreza. Os problemas financeiros pioraram em 1889, quando foi proclamada a República no Brasil. Deve-se ter em conta que Portugal entrou em uma crise financeira já em 1822, quando o Brasil foi declarado independente. Isso resultou na perda quer de matérias primas, quer de produtos alimentares, como café, arroz ou açúcar.¹⁰ A proclamação da República no Brasil levou a “uma drástica redução das remessas monetárias dos emigrantes no Brasil” (devido à instabilidade criada após a proclamação) e a “uma contracção dos próprios mercados financeiros que emprestavam a Portugal”, subindo a dívida pública um quatro.¹¹ O golpe militar que instaurou a República no Brasil trouxe uma “ruptura da tríade de variáveis macroeconómicas: deficit da Balança Comercial, deficit das contas do Estado, e transferência de capital Brasil-Londres-Lisboa.”¹² Além disso, a Inglaterra tornou-se o mercado principal do Brasil, exportando dali produtos como café ou borracha. Desta maneira, a Inglaterra, sendo o principal aliado comercial de Portugal, tornou-se também um intermediário no comércio do Estado Português com o Brasil.

Como Portugal tornou-se um país não autossuficiente em termos financeiros e económicos, em 1892 o Estado declarou falência. Os anos finais do século XIX e da monarquia apresentavam muitos problemas e os habitantes do país começaram a expressar fortemente o seu desacordo com o curso do país. Dos problemas da monarquia aproveitou-se o Partido Republicano Português (PRP)¹³, fundado em 1876, que cedo passou a ser muito popular entre a massa de gente nas zonas urbanas. A sua sede era em Lisboa e não foi por acaso que a maioria dos seus apoiantes eram pessoas das classes média e baixa, empregadas nos serviços e na indústria. Foram essas classes sociais e áreas de trabalho que estiveram em ascensão no final do século XIX.

A crescente popularidade das ideias republicanas originou-se do descontentamento da sociedade, causado pelas más condições de vida nas zonas rurais e pelos baixos salários da classe média das zonas urbanas, que levaram a uma emigração cada vez maior. A desilusão dos portugueses ficou evidente no número das greves sociais, que era 60, no período desde 1890 até 1889, subindo a 91, desde 1900 até 1910. Um dos acontecimentos mais importantes ocorreu

⁹ Cf. Ibid.

¹⁰ Cf. Ferreira e Dias, op. cit., 141.

¹¹ Sardica, op. cit., 11.

¹² D. Justino, *A formação do espaço económico nacional. Portugal 1810-1912*. (1998), 93.

¹³ O PRP foi praticamente o partido mais forte e estável até o fim da Primeira República, em 1926. Foi também o primeiro partido político que conseguiu conquistar eleitores nas áreas urbanas.

no início de 1891, quando se realizou no Porto a primeira revolta militar republicana.¹⁴ A difusão das ideias republicanas deveu-se a vários jornais que explicitamente criticavam o rei, e também aos governos que praticavam fraudes e corrupção. Ao declínio nacional chamavam atenção várias figuras literárias, por exemplo António Nobre ou Guerra Junqueiro.¹⁵

A monarquia tentou combater essa insatisfação e desconfiança, e João Franco, que desempenhou a função do primeiro ministro, entre 1906 e 1908, apresentou uma reforma democrática, cujo objetivo era principalmente o fortalecimento da monarquia. No entanto, esta reforma não teve muito sucesso. Em 28 de janeiro de 1908, realizou-se o chamado “Golpe do elevador da biblioteca”, através do qual os republicanos tentaram instalar a República na capital de Lisboa. Após essa tentativa malograda, os iniciadores do golpe acabaram na prisão. A 1 de fevereiro de 1908, D. Carlos, o rei de Portugal desde 1889, foi assassinado, juntamente com o herdeiro do trono, D. Luís Filipe. A coroa foi assumida por D. Manuel II, então um jovem de apenas 18 anos.

No entanto, também este período da monarquia não durou muito, concretamente menos de dois anos. Já em abril de 1909, o PRP discutiu durante três dias sobre as vias de instalar a República no país, e por final, decidiu que a revolução seria melhor via para derrubar a monarquia.¹⁶ Nos dias 4 e 5 de outubro de 1910, conflitos em Lisboa resultaram no bombardeamento do Palácio das Necessidades. O fim veio na manhã de 5 de outubro de 1910, quando foi proclamada, na Câmara Municipal de Lisboa, a República. Depois disso, a família real partiu para o exílio na Grã-Bretanha, de onde nunca mais voltou para Portugal.¹⁷ No ano seguinte, em 1911, Manuel de Arriaga foi nomeado o primeiro Presidente da República, e em setembro do mesmo ano, foi eleito o primeiro governo republicano.

2.3. Primeira República (1910-1926)

A Primeira República pode ser dividida em três períodos: "República Velha", entre 1910 e 1917; "Governo de Sidónio Pais", em 1918; e "Nova República", que durou até 1926.

2.3.1. República Velha (1910-1917)

Portugal republicano, sendo geograficamente marginal, encontrou-se também politicamente isolado, já que naquela altura representava uma de apenas três repúblicas existentes na Europa, junto com França e Suíça. Os países da América do Sul, seguidos pelos

¹⁴ Cf. Ferreira e Dias, op. cit. 156.

¹⁵ Cf. Ibid., 157.

¹⁶ Cf. Ibid., 158.

¹⁷ Cf. Sardica, op. cit., 14.

EUA, foram os primeiros a reconhecer o novo regime em Portugal. A nova Constituição levou a mudanças na esfera política, substituindo a figura real pelo Presidente que, todavia, tinha um poder insignificante, podendo apenas nomear o governo. O poder principal era possuído pelo Congresso (com o mandato de três anos) e pelo Senado (com o mandato de seis anos). Do total de seis milhões de habitantes do país naquela altura, apenas 400 mil deles podiam participar nas eleições.

A maioria da sociedade portuguesa queria essa mudança do sistema, pensando que a chegada da república ia ajudar o país a alcançar os países europeus ricos. A república era, aos olhos dos portugueses, conduzida pelos princípios da razão e do progresso. A ideia principal era, acima de tudo, mudar a mentalidade dos portugueses. Muitos viam como o obstáculo principal o poder da Igreja num país onde, segundo as estatísticas na virada do século, quase toda a população portuguesa era católica.¹⁸ O governo republicano separou a Igreja do Estado através da Lei da Separação do Estado das Igrejas, em 1911, que causou um “choque” na sociedade portuguesa. A separação da Igreja também resultou na abolição das ordens religiosas, ou na extinção da Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra.¹⁹ Assim, o governo fez a Igreja uma espécie de instituição subordinada ao Estado. Além disso, todas as propriedades da Igreja tornaram-se nacionais, o que testemunha a grande luta do republicanismo contra essa instituição. Foi devido a estes factos que alguns cidadãos portugueses se tornaram opositores da república, apenas um ano depois da sua proclamação.

Em 1911, foi também adotada a Constituição que, essencialmente, deu o poder principal ao Parlamento, controlado pelo partido PRP, que sempre vencia as eleições. Afonso Costa tornou-se o primeiro ministro e, em 1913, o presidente Manuel de Arriaga também lhe deu o poder executivo. Além da lei que separava a Igreja do Estado, foram aprovadas leis que ajudaram a sociedade, sobretudo a respeito da igualdade de género, dos apoios sociais para a velhice, ou do direito à greve nas esferas laborais, levando à criação do Ministério do Trabalho e da Previdência Social, em 1916. Entre outros, foi legalizado o divórcio e o casamento tornou-se uma espécie de contrato civil.

A República tentava investir mais na área do ensino, criando mais escolas e universidades, nomeadamente em Lisboa e no Porto, em 1911. Além disso, todos os jovens entre 7 e 10 anos eram obrigados a frequentar o ensino primário. O objetivo principal dos republicanos era reduzir a taxa do analfabetismo, que era superior a 70%. No entanto,

¹⁸ Cf. Ferreira e Dias, op. cit., 158.

¹⁹ Cf. Ibid., 161.

conseguiram reduzi-la apenas 10%, ao longo de 16 anos.²⁰

Além disso, a República tentava resolver o problema económico, mas a distância que separava Portugal dos outros países desenvolvidos era maior do que em qualquer época anterior. Em 1913, o produto nacional bruto per capita igualou-se a menos de uma metade (45%) do que havia nos países desenvolvidos.²¹ Assim, em termos económicos, o país ficava na margem do Continente Europeu. Comparando-o com os países situados no Leste Europeu, em termos da média salarial, mesmo esses países ultrapassaram Portugal, cujos salários estagnavam.²² Uma das razões dessa estagnação no setor económico pode ter sido a incapacidade de implementar, ao longo do século anterior, o ensino sido introduzido em outros países europeus.

2.3.2. Primeira Guerra Mundial (1914-1918)

A crise aprofundou-se mais com a chegada da Primeira Guerra Mundial, deixando o país com altos índices de inflação, elevação da dívida pública (igual a mais de 25 milhões de libras)²³ e desvalorização da moeda, entre outros. A sociedade portuguesa encontrava-se na pobreza, especialmente as classes baixa e média. Afonso Costa, o primeiro ministro, foi também uma das principais figuras durante a Primeira Guerra Mundial, sendo ele quem decidiu como Portugal iria participar na Guerra. Portugal entrou nela oficialmente em 9 de março de 1916, quando a Alemanha declarou guerra a Portugal, após Portugal ter obedecido à Grã Bretanha e ter detido cerca de 70 navios alemães que entravam no porto de Lisboa.

Portugal criou posteriormente o Corpo Expedicionário Português, que foi enviado para a Flandres. Mais de 50.000 soldados combateram nas frentes europeias, e mais de 2.000 militares foram enviados a África, para bloquear ofensivas alemães no sul de Angola e no norte de Moçambique. Embora o país estivesse à margem da disputa central, cerca de 8.000 soldados portugueses morreram na guerra e outros milhares foram presos. Apesar de Portugal ter conseguido defender as suas colónias na Guerra, houve um descontentamento geral na sociedade portuguesa, visto que surgiram grandes problemas, nomeadamente a gripe espanhola, da qual morreram dezenas de milhares de pessoas.

²⁰ Cf. Sardica, op. cit., 19.

²¹ Cf. Jaime Reis, "O Atraso Económico Português Em Perspectiva Histórica (1860-1913)," *Análise Social*, Terceira Série, 20, n. 80 (1984), 7.

²² Cf. Yvonne Stolz, Yoerg Baten, Jaime Reis, "Portuguese Living Standards, 1720-1980, in European Comparison: Heights, Income, and Human Capital," *The Economic History Review* 66, n. 2 (2013), 569.

²³ Cf. Sardica, op. cit., 19.

2.3.3. Governo de Sidónio Pais (1917-1918) e da Nova República (1919-1926)

Depois da Primeira Guerra Mundial, a Igreja Católica em Portugal começou a renascer aos poucos, especialmente depois que as aparições de Fátima foram registadas, em 1917, e o Centro Católico Português foi fundado no mesmo ano. No final de 1917, a presidência foi assumida pelo dirigente militar conservador Sidónio Pais, que tinha como a principal missão normalizar o país. O ano seguinte de seu governo pode ser caracterizado como uma ditadura militar, durante a qual começaram a emergir tendências do fascismo moderno, bem como os esforços para fazer com que o Parlamento não fosse o órgão principal, e que o país retornasse aos ideais de disciplina e ordem, sob à liderança de um indivíduo forte. Sidónio também procurou reformar a Lei da Separação entre o Estado e a Igreja, assim como melhorar as relações com o Vaticano. No entanto, o seu mandato terminou no final de 1918, quando foi assassinado na Estação do Rossio, em Lisboa.

Após o assassinato de Pais, ocorreu no Porto, em janeiro de 1919, uma revolução contra a República, que proclamou a “Monarquia do Norte”. Os insurgentes esperavam que o resto do país se juntasse a eles, mas demorou apenas um mês para que os republicanos tomassem o poder no Porto novamente. Seguiu-se o período da “Nova República”, entre 1919 e 1926. O governo neste período pretendia ser diferente dos governos anteriores, e a sua principal tarefa era encontrar modos para sair do declínio e da crise profunda. Foi um pouco menos autoritária em comparação com os governos de Costa ou Pais. A burguesia exigia, porém, um governo muito mais forte, que reformasse a sociedade e parasse a crise social.

3. Ditadura Militar (1926-1933)

Durante o período da República, o Partido Republicano Português governou sem, de forma alguma, tentar comunicar, discutir ou ouvir a opinião da oposição. Os portugueses em geral tinham a impressão de que não tinham recebido o que lhes tinha sido prometido e que não havia progresso ou estabilidade. Além disso, muitos cidadãos foram perseguidos ou presos, e muitos foram forçados ao exílio. Problemas semelhantes manifestaram-se também em outros países europeus, onde a crise económica se aprofundou e a paz social se agravou. Assim, o ambiente na sociedade portuguesa era favorável para uma revolta contra o regime político vigente.

Começavam a emergir novas tendências, concretamente do fascismo, que estavam a crescer devido ao descontentamento da sociedade. Os conservadores deixavam de acreditar na República e na democracia, tornando-se os grupos liberais cada vez mais fracos. A sociedade esperava pela chegada de um novo sistema político, tal como anteriormente esperava pela República. Devido ao baixo nível de vida e à decepção do povo em relação à política, crescia o número das pessoas que aceitavam a ideia de um possível golpe fascista.²⁴

Afinal, a 28 de maio de 1926, o general Gomes da Costa liderou uma revolta militar, que se originou em Braga e que marcou o fim do regime republicano em Portugal. Após isso, seguiu-se a queda do governo de António Maria da Silva e a demissão de Bernardino Machado como chefe de estado, acabando por juntar os militares, republicanos de direita, conservadores, católicos e monárquicos.²⁵ Foi em abril de 1926 quando “vários generais tinham ensaiado uma revolução que pusesse termo ao «parlamentarismo».”²⁶ Ao longo duma fase transitória, até à eleição do novo presidente, Óscar Carmona, em 1928, o poder foi disputado sobretudo pelo marechal Gomes da Costa, Mendes Cabeçadas, um político republicano convicto, e o próprio Carmona. Eles visavam a dissolução do Congresso e a instauração da censura, mas tiveram que lutar contra o chamado Revirinho, um grupo da oposição liberal e democrática que lutava contra a ditadura. Outro problema que eles enfrentavam era a Liga de Paris, uma organização de políticos exilados em Paris. Essa organização promoveu várias revoltas contra o novo sistema político, como a tentativa da revolução em fevereiro de 1927, a revolta do Castelo de 1928, a revolta da Madeira em 1931, ou o movimento de 26 de agosto de 1931.

O governo militar tentava encontrar algumas soluções para a crise financeira, porém, sem

²⁴ Cf. Ferraz, op. cit., 469,

²⁵ Cf. Ferreira e Dias, op. cit., 163.

²⁶ Ibid.

sucesso relevante. Portanto, convidou António Oliveira de Salazar²⁷, que naquela altura era um professor de economia na Universidade da Coimbra, para a liderança do Ministério das Finanças. Isso resultou num saldo positivo, pela primeira vez em muitos anos. Devido ao prestígio que ele tinha obtido nessa função, assumiu em 1932 a chefia do Estado, adotando como slogan a frase “Tudo pela nação, nada contra a nação”, que, na verdade, imitava o slogan fascista de Mussolini “Tudo no estado, nada contra o estado, nada fora do estado”.²⁸

²⁷ António Oliveira de Salazar obteve o apelido “Mago das finanças”. Ele era muito exigente, controlava os orçamentos de todos os ministérios e introduziu o aumento de impostos, dificultando a vida dos habitantes. A sua frase “Sei muito bem o que quero e para onde vou” documenta a sua opinião de que os problemas financeiros eram ligados à ausência duma “autoridade” do Estado liberal.

²⁸ Ferreira e Dias, op. cit., 164.

4. Estado Novo (1933-1974)

Em 1933 foi aprovada a nova Constituição, que concedeu poderes ao novo sistema político, Estado Novo, à frente do qual estava Salazar. Segundo o texto constitucional, os interesses coletivos estavam superiores aos direitos dos cidadãos. Além disso, a Constituição rejeitava a democracia, a liberdade ou tendências parlamentaristas. Segundo ela, a sociedade não era um conjunto de pessoas e opiniões individuais, mas deveria ser entendida como um conjunto orgânico. O objetivo principal do Estado era evitar a instabilidade proveniente da República anterior, e criar um Estado com tendências autoritárias.²⁹ Deste modo, criou-se o poder total, possuído pelo Presidente do Conselho de Ministros (líder do governo) que podia demitir ou nomear os ministros, decretar as leis, e também supervisionar os atos do Presidente. Por causa do tanto poder e prestígio, Salazar recebeu o apelido “Salvador da Pátria”³⁰, que no final resultou na construção de um mito, sendo o qual era comparado com o Cristo.³¹ A Assembleia Nacional exercia o poder legislativo, porém, não tinha o direito de controlar os atos do governo. Salazar assumiu o Ministério das Colónias e publicou o “Ato Colonial”, que reduziu a autonomia, tanto administrativa quanto económica, das colónias. O Estado Novo tentava promover a percepção de que Portugal não era um país pequeno e que podia dominar os países fora do Continente europeu.

4.1. Economia do Estado Novo

Para resolver os problemas financeiros e manter a estabilidade económica, Salazar procurava conseguir a solidez da moeda, introduzir um aumento brutal dos impostos e controlar as importações. Tentava manter a autonomia económica e, por isso, destacava a agricultura, que se tornou o objetivo principal de várias reformas. Deve-se mencionar a Campanha do Trigo (1929-1938), cujo objetivo principal era diminuir a importação deste cereal e fomentar o sistema rural do Estado. A importância da agricultura refletiu-se no número das pessoas ativas nesse setor, que subiu de cerca de 1,2 milhões, em 1930, para cerca de 1,5 milhões, em 1950.³² Para salientar a importância da agricultura, basta olhar para o dinheiro que recebia do governo, que representou 31% do seu orçamento, tornando-se o segundo setor mais importante, atrás da defesa nacional.³³ De fato, a agricultura foi percebida como um “um elemento de fixidez, de estabilidade e de tranquilidade

²⁹ Para manter o seu controlo das cidadões, o Estado ajudou a estabelecer várias organizações como a Legião Portuguesa, a Mocidade Portuguesa, o Partido da União Nacional, a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho ou a Obra das Mães para a Educação Nacional.

³⁰ Nas salas de aula, o seu retrato havia junto à cruz de Cristo.

³¹ Cf. Ferreira e Dias, op. cit., 165.

³² Cf. Fernando Oliveira Baptista, "A Agricultura E a Questão Da Terra — Do Estado Novo à Comunidade Europeia," *Análise Social*, Quarta Série, 29, n. 128 (1994), 907.

³³ Cf. João L. César Das Neves, "O Crescimento Económico Português No Pós-guerra: Um Quadro Global," *Análise Social*, Quarta Série, 29, n. 128 (1994), 1007.

familiar.”³⁴ Comparando-a com o resto da Europa, porém, a produção agrícola em Portugal não era suficiente. Além disso, a utilização de máquinas mecanizadas nas exportações representou apenas 0,25%, em meados do século.³⁵

Os anos 30 foram marcados pelo desenvolvimento de certos setores industriais, como fibrocimento, pilhas elétricas, ou bicicletas. Além disso, o Estado apoiava muito alguns setores, como a produção de cortiça ou de conservas de peixe. O desenvolvimento industrial continuava ao longo dos anos 40, com o lançamento da indústria de metalurgia, de materiais elétricos ou químicos. Representava a criação de novas oportunidades de trabalho, levando ao aumento da população ativa industrial, que subiu de 22%, em 1930, para quase 28%, em 1950.³⁶ Assim, houve um crescimento industrial, porém, o Estado estagnava quanto à modernização técnico-económica. Isso foi causado pela burocracia complexa que era necessária para comprar máquinas ou aumentar o número de trabalhadores, a fim de “o Estado evitar crises de superprodução e a concorrência empresarial que caracterizava o capitalismo liberal.”³⁷ Além disso, as sociedades industriais eram percebidas pela perspectiva do regime de Salazar como um elemento “perturbador”, em relação à “família” e à “unidade moral”.³⁸ Para comprovar a estagnação económica portuguesa, basta olhar para a taxa do PIB per capita em 1940, que representou 1615 dólares, enquanto que a média europeia representou 4988 dólares.³⁹ Deve-se notar que Portugal foi um dos seis mais importantes estados comerciais do Continente, nos princípios do século XIX, mas passou a ser o décimo sétimo país nas transações comerciais, em 1950.⁴⁰

Para atingir a paz e a concórdia social, o Estado procurava controlar todas as relações laborais e, através da promulgação do Estatuto do Trabalho Nacional, o Estado ganhou poder sobre os sindicatos das classes existentes desde a Monarquia Constitucional, as organizações dos trabalhadores ligados aos sindicatos nacionais, ou as casas dos pescadores. Desta maneira, criou-se a ideologia conhecida como corporativismo que fez que as casas dos pescadores e os sindicatos participassem na vida municipal, já que integravam corporações tanto sociais, quanto económicas, culturais ou universitárias. O corporativismo representava “uma ideologia

³⁴ Baptista, op. cit., 911.

³⁵ Cf. Ibid., 907

³⁶ Cf. Fernando Rosas, "Estado Novo E Desenvolvimento Económico (anos 30 E 40): Uma Industrialização Sem Reforma Agrária," *Análise Social*, Quarta Série, 29, n. 128 (1994), 876.

³⁷ Ferreira e Dias, op.cit., 168.

³⁸ Cf. Baptista, op. cit., 911.

³⁹ Cf. J. Bolt, J.L. van Zanden, (2014). "Maddison Project Database, version 2013, ". *Maddison Project Database*

⁴⁰ Cf. Candeias, op. cit., 487.

contrária à representação política liberal baseada no individualismo”⁴¹, promovendo a expressão política do Estado através dos grupos da esfera económica, profissional ou cultural. As atividades das corporações eram completamente controladas pelos membros do regime, cujo objetivo principal era suprimir a oposição do regime, nos centros urbanos. A propaganda era controlada pela Censura Prévia e pelo Secretariado de Propaganda Nacional, que promoviam atividades para os trabalhadores, durante o período de lazer. Para que a pessoa pudesse aproveitar-se das atividades, como passeios turísticos, teatro ou educação física, bastava que fosse membro do sindicato nacional. No entanto, qualquer pessoa que fosse opositora do regime era controlada, vigiada, perseguida, ou até torturada ou morta pela Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado (PVDE), que se tornou a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), em 1945. A polícia, apesar de utilizar informadores por todo o país, estabeleceu prisões políticas em Peniche, Aljube, ou Caixas, e um campo de concentração em Cabo Verde (Tarrafal).

4.2. Educação e cultura

O setor da educação era muito influenciado pelo regime, já que se tornou a sua base ideológica. Além disso, o ensino primário não apoiava as tendências modernas, porque o seu objetivo principal não era preparar uma força de trabalho qualificada para o futuro, mas promover ideologicamente o regime, quer dizer, transformar a mentalidade dos cidadãos.⁴² Para fidelizar a sociedade portuguesa, criaram-se organizações como a Mocidade Portuguesa, na qual foram matriculados jovens do ensino primário e secundário, e que defendia e transmitia os valores nacionalistas, através do ensino e dos livros que destacavam e elogiavam o regime. Paralelamente, foi fundada a Obra das Mães para a Educação Nacional (OMEN), para preparar mulheres para a educação dos seus filhos. Foram fundados centros sociais, onde as mulheres podiam assistir a aulas de propaganda, ou a sessões que ensinavam os hábitos saudáveis da higiene pessoal. Não obstante, através das aulas da educação doméstica, o regime queria fazer as mulheres se dedicarem apenas à vida do lar, dentro da conceção tradicional da família patriarcal.

Houve algum progresso no domínio da educação, pois a taxa de alfabetização subiu de 25%, em 1900, para 55%, em 1950.⁴³ Nos países da Europa Ocidental, porém, essa taxa representava cerca de 98%.⁴⁴ Isto demonstrava que Portugal, além de ser um país geograficamente localizado na

⁴¹ Cf. L. F Raposo Pereira, “Capítulo I - Portugal na 1.ª metade do século XX,” *Cadernos De Sociomuseologia*, vol. 39, n. 39 (2012), 38.

⁴² Cf. Stephen R. Stoer, Roger Dale, "Education, State, and Society in Portugal, 1926-1981," *Comparative Education Review* 31, n. 3 (1987), 405.

⁴³ Cf. António Candeias, “Modernidade, educação, criação de riqueza e legitimação política nos séculos XIX e XX em Portugal,” *Análise Social* 40, n. 176 (2005), 483.

⁴⁴ Cf. *Ibid.*

periferia do Continente, estava separado culturalmente também dos outros países situados nessa periferia, como a Rússia ou os países dos Balcãs,⁴⁵ representando assim “uma periferia da periferia.”⁴⁶ Assim, o Estado falhou no seu processo de escolarização, modernização e desenvolvimento: “Portugal virou-se lento e hesitante, para o seu espaço, cingido e esartejado por estruturas económicas e sociais que se haviam tornado obsoletas e bloqueadoras do seu redimensionamento.”⁴⁷ O baixo nível de alfabetização em Portugal resultou em vários fracassos do país no seu processo de construção da modernidade.

A ideologia do Estado Novo difundia-se através da propaganda que promovia valores sagrados, tradicionais e conservadores, entre os quais destacava-se a tríade Deus, Pátria e Família. A propaganda do salazarismo concentrava-se, entre outros, na reconstrução da história nacional, publicando séries como “Colecções Pátria”, “Grandes Portugueses”, ou “Grandes Portuguesas”. Essas publicações tinham como o objetivo principal promover o verdadeiro “ser português”. Nesta leitura estabelecida pela propaganda do Estado Novo, dominavam figuras como D. Afonso Henriques, o pai da nacionalidade, ou Vasco de Gama, o rosto principal da conquista e da colonização de outras terras. Através da exaltação histórica, os valores e as tendências do Estado Novo eram representados como edificantes, ao contrário dos da República anterior.⁴⁸

Além da Pátria, outro pilar ideológico do regime salazarista foi a religião católica. A Igreja representou “um dos mais poderosos fatores de unidade e coesão da Nação portuguesa.”⁴⁹ A Igreja era vista como elemento estabilizador da sociedade portuguesa, ela sustentava a moral, coesão e unidade da nação. A instituição da Igreja representou também um meio de justificação dos atos que o Estado fazia não só no próprio país, mas também nas suas colónias, apoiando a sua política colonial. Através da Igreja o Estado Novo procurava catolizar e “aportuguesar” os indígenas nas suas colónias, tentando integrá-los na nação portuguesa.⁵⁰ As publicações da história nacional, por exemplo, destacavam e ilustravam as missões religiosas em África, sublinhando as atividades de evangelização dos povos desse continente. Desta maneira, o Estado procurava criar uma impressão de que Portugal era um país que operava globalmente no mundo.

Quanto à cultura, era um setor que o Estado usava para a propaganda da vocação civilizadora do país, por meio de várias manifestações culturais, ou de exposições de elementos

⁴⁵ Na Rússia e nos Balcãs a taxa representou cerca de 90%, em 1950. Cf. Ibid.

⁴⁶ Cf. Ibid.

⁴⁷ Cf. Ibid., 488.

⁴⁸ Cf. Pereira, op. cit., 57.

⁴⁹ Manuel Gonçalves Martins, *O Estado Novo e a Igreja Católica em Portugal (1933-1974)*, 5.

⁵⁰ Cf. Ibid.

da produção rural, como a doçaria ou o artesanato regional. Deste modo, por exemplo, em 1938 realizou-se o “Concurso da Aldeia mais Portuguesa de Portugal”, cujo objetivo principal foi demonstrar o valor da vida familiar e tradicional nas zonas rurais, destacando os conceitos como o povo humilde, o folclore, o pastoreio, ou a agricultura, já que esses foram promovidos pelo regime. Assim, o regime propagava uma imagem ufanista do meio rural, exaltando, dentro da moral tradicionalista e conservadora, a simplicidade, alegria e pureza desse ambiente. Na sequência, em 1940, realizou-se a Exposição do Mundo Português, que idealizou o regime de Salazar, descrevendo o povo português como humilde, honrado, trabalhador, disciplinado e feliz, e Portugal como uma nação pacífica e unida.⁵¹

4.3. Segunda Guerra Mundial e os anos 50

Na Segunda Guerra Mundial, o Estado Português manteve-se oficialmente neutro, assinando três tratados em total: declarou o pacto com a Alemanha, a Itália e o Japão, em 1939; a sua amizade com Espanha, em 1940; e concedeu a Base Aérea das Lajes (Açores) aos britânicos e aos EUA, em 1943. Apesar de se ter declarado neutro, Portugal ajudava logisticamente outros países. Lisboa tornou-se uma cena de espionagem europeia, já que agentes de várias agências de espionagem, bem como membros de famílias reais e altos dignitários militares, encontravam-se lá, secretamente, em cassinos. Além disso, os Açores eram um excelente ponto estratégico e por isso eram utilizados pelos navios dos Aliados. As relações de Portugal com os EUA melhoraram, o que foi provado depois da Guerra, pela aceitação de Portugal como membro fundador de NATO, em 1949. Desta maneira, aumentou também a aceitação internacional do regime português.

Após a Guerra, porém, estabeleciam-se vários blocos políticos antifascistas, criando-se o Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista (MUNAF), que unia membros do Partido Comunista Português, do Partido Republicano Português, ou da revista *Seara Nova*. Além disso, o conflito mundial, que acabou por derrotar o fascismo na Europa e abriu o caminho para a democratização, provocou na sociedade portuguesa a Revolta da Mealhada, que foi uma revolta militar contra o Estado Novo, na forma de uma marcha do Porto à Mealhada, em 1946. Os EUA e a Inglaterra também faziam uma pressão internacional sobre Portugal para democratizar o regime. Para demonstrar que o país não era fascista, Salazar dissolveu a Assembleia Nacional, convocando eleições “livres”. Paralelamente, foi criado o Movimento de Unidade Democrática (MUD), que enunciava várias exigências, como a verdadeira liberdade de imprensa, ou a renovação dos cadernos

⁵¹ Cf. Pereira, op. cit., 74.

eleitorais.⁵² Assim, instalou-se uma euforia no país, já que o próprio Salazar, numa entrevista, proclamou: “Considero as próximas eleições tão livres como na livre Inglaterra”.⁵³ No final, porém, Salazar rejeitou todas as exigências do MUD, e as eleições não eram livres. Além disso, o Estado exigiu uma lista dos membros do MUD, que o ajudou a identificar os seus opositores. Os membros foram perseguidos, interrogados e enviados para prisões. Na sequência, o MUD foi proibido por Salazar, em 1948. Apesar de o Estado ter se livrado da resistência do MUD nas eleições presidenciais de 1949, Norton de Matos, o ex-líder do MUNAF, apresentou a sua candidatura. Embora ele depois a retirasse, representava uma oposição ao salazarismo, criticando a censura e apontando para a necessidade de instaurar um regime democrático.

Nas eleições presidenciais de 1958, o Estado enfrentava outro problema, representado pela candidatura do general Humberto Delgado, antigo apoiante da Ditadura Militar e do regime de Salazar, que mudou, porém, as suas opiniões políticas durante os cinco anos que passara como embaixador nos EUA. Nestas eleições, ele conseguiu ganhar o favor de quase todo o país, ameaçando o sistema do Estado Novo. Contudo, com cerca de 25% votos obtidos, ele perdeu para Américo Thomaz, o candidato apoiado por Salazar, bem provavelmente devido a uma fraude eleitoral. Assim, apesar da derrota de regimes fascistas na Europa e da crescente resistência contra o regime em Portugal, o Estado Português conseguiu prolongar o sistema do salazarismo ao longo dos anos 50.

4.4. Abertura da economia nos anos 50 e 60

Do ponto de vista económico, Portugal se beneficiava da Segunda Guerra Mundial, já que as exportações de matérias-primas para os países envolvidos no conflito aumentavam. Não obstante, no pós-guerra, a economia portuguesa não crescia tanto como em outros países europeus, devido à exaltada ruralidade do país, e ao carácter do comércio externo português que “se constituiu historicamente como um elemento da resistência económica, social e política à alteração”.⁵⁴ Além disso, como já foi apontado, a indústria era percebida pelo regime como um setor menos importante para a economia do país. Portugal, como um opositor da modernização, tornou-se “uma late-comer da industrialização”.⁵⁵ O regime continuava a basear-se sobretudo na agricultura, que era insuficiente para o desenvolvimento económico. O Estado não foi capaz de se adaptar às alterações económicas necessárias, causando a baixa taxa de industrialização. Em 1950, a taxa do PIB per capita representou 2086 dólares em Portugal, enquanto que a média

⁵² Cf. Ferreira e Dias, op. cit., 181.

⁵³ Ibid.

⁵⁴ Rosas, op. cit., 878.

⁵⁵ Ibid., 882.

européia representou 4944 dólares.⁵⁶

Nos anos de 50, o Estado começava a realizar esforços para promover uma economia aberta aos mercados externos, com o objetivo de parar o atraso económico, que era evidente, comparando com outros países do Continente Europeu já recuperados da Guerra. A importância do desenvolvimento económico foi destacada pelo ministro da Economia na década 50, Ulisses Cortês, que disse o seguinte:

“a industrialização é [...] considerada como lei fundamental do nosso tempo, o sentido para que encaminha toda a evolução económica moderna [...]; não podemos evidentemente ficar à margem deste movimento, renunciando aos seus benefícios e conservando-nos criminosamente entre os países de economia retardatária.”⁵⁷

Portanto, foram introduzidos três planos de fomento, compreendidos desde 1953 até 1967. Um dos planos explicitamente reconhecia a agricultura apenas como um recurso de apoio da indústria.⁵⁸ A razão foi que a agricultura começou a perder a sua importância, ou seja, a sua contribuição para o produto interno bruto (PIB) estava diminuindo. Em 1958, a sua contribuição representava 34% do PIB, enquanto que em 1973 apenas 16%.⁵⁹ Com a sua dependência da importação de algumas matérias-primas como milho ou soja, e com o um constante desenvolvimento da indústria e técnica, a agricultura tornou-se uma esfera menos importante da economia.

Todavia, Salazar conseguiu manter a taxa do produto interno bruto (PIB) num crescimento de mais de 5%, ao longo do seu governo.⁶⁰ Também o sistema público de saúde melhorou, o que resultou no aumento da esperança de vida, de 50 anos, em 1940, para quase 70 anos, em 1970.⁶¹ Em 1960, Portugal tornou-se o membro da Associação Europeia de Livre Comércio, conhecida como a EFTA.⁶² Contudo, embora Portugal tenha conseguido atingir o crescimento económico médio do mundo, ainda não foi capaz de acompanhar a média europeia. Nos anos 60, foi publicado um relatório sobre o sistema educacional que apontou vários aspetos que também podem ter sido a causa do desenvolvimento económico insuficiente, como o período mais curto de escolaridade obrigatória na Europa, ou o nível baixo de interesse dos alunos nos assuntos económicos.⁶³

⁵⁶ Cf. Bolt, Zanden, op. cit.

⁵⁷ Baptista, op. cit., 911.

⁵⁸ Cf. Neves, op. cit., 1019.

⁵⁹ Cf. Baptista, op. cit., 914.

⁶⁰ Cf. Stolz, Baten, Reis, op. cit., 556.

⁶¹ Cf. Ibid., 557.

⁶² Cf. Neves, op. cit., 1019.

⁶³ Cf. Stoer, Dale, op. cit., 408.

4.5. Guerra Colonial (1961-1974)

Outra onda de resistência contra o regime de Salazar surgiu na década de 60 quando, em janeiro de 1961, o navio português “Santa Maria” foi assaltado por Henrique Galvão, um dissidente do regime, como o sinal de protesto contra o sistema antidemocrático. Em abril do mesmo ano, Júlio Botelho, desempenhando a função do Ministro da Defesa, tentou promover uma revolta militar, com o objetivo de afastar Salazar do poder. Além disso, em 1961 eclodiu em África a Guerra Colonial, quando o Movimento Pela Libertação de Angola (MPLA), junto com a União das Populações de Angola (UPA), iniciaram ataques. Conseqüentemente, no final de 1961, mais de 30 mil soldados portugueses foram mandados para a colônia, com o objetivo de combater os movimentos.⁶⁴ O conflito, em que participaram também Guiné Bissau e Moçambique, durou 13 anos e resultou no isolamento internacional de Portugal, que foi bem expresso, em 1965, pela conhecida frase “Orgulhosamente Sós!”, proferida por Salazar num dos seus discursos sobre a Guerra Colonial.

Em 1968, porém, após sofrer um acidente vascular celebrar e ser internado no hospital, Salazar foi substituído por Marcello Caetano, o que levou ao início da “Primavera Marcelista”, que prometia uma abertura democrática e um equilíbrio entre os conservadores e os que lutavam pela democracia. Foi reduzido o carácter repressor do regime, alguns exilados regressaram, e nas eleições de 1969 também competiram os partidos não comunistas. No entanto, as eleições foram fraudulentas, e os estudantes que se manifestaram contra a Guerra Colonial foram atacados pelas forças policiais. Ao longo da Guerra Colonial, formava-se uma pressão pela ONU e pelos EUA, que insistiam para que Portugal se livrasse das suas colônias e preparasse a independência delas. Não obstante, Salazar junto com Marcello Caetano insistiam em manter as suas possessões do Ultramar.

4.6. Revolução em 25 de Abril de 1974

Em 1973, iniciou-se uma crise petrolífera, que resultou no aumento do custo de vida e no descontentamento profundo na sociedade portuguesa. O Papa Paulo VI, grande defensor da independência das colônias, desempenhou um papel considerável em Portugal, pois ajudou os católicos portugueses a compreender o grau do isolamento internacional do país, devido ao seu Império colonial. No mesmo ano, o movimento liberal da Ação Nacional Popular (ANP) abandonou a Assembleia Nacional, e em setembro de 1973, Guiné-Bissau declarou a independência, que foi reconhecida também pela ONU. O exército português era incapaz de

⁶⁴ Cf. Ferreira e Dias, op. cit., 169.

combater os movimentos independentistas. Em vista dos acontecimentos, foi criado o Movimento das Forças Armadas (MFA), à frente do qual estavam os generais António de Spínola e Francisco da Costa Gomes, que organizou um golpe, na noite de 24 para 25 de abril de 1974. Isso marcou o fim do Estado Novo, e Marcello Caetano teve que entregar o poder ao general Spínola. A queda do Estado Novo é também conhecida como a “Revolução dos Cravos”.

5. Do 25 de Abril à Entrada na C.E.E. (1974-1986)

O período entre 1974 e 1986, ano em que Portugal entrou na Comunidade Económica Europeia, pode ser dividido em duas fases: o período do Processo Revolucionário em Curso (PREC), desde 1974 até 1976, e de consolidação democrática, ocorrendo entre 1976 e 1986.⁶⁵

5.1. Processo Revolucionário em Curso – PREC (1974-1976)

A Revolução de 25 de Abril de 1974 colocou ponto final na ditadura, que tinha durado 48 anos. Criou-se o Processo Revolucionário em Curso (PREC), designando o período de atividades revolucionárias que ocorreram desde a Revolução dos Cravos até à aprovação da Constituição em 1976. O Movimento das Forças Armadas (MFA) procurava formar um governo provisório, o que resultou na demissão do último Presidente do Estado, Américo Tomás, e do último primeiro ministro (Presidente do Conselho), Marcello Caetano. Desta maneira, estabeleceu-se o governo, na frente do qual estava o general António de Spínola, tornando-se o primeiro Presidente da República, em 15 de maio de 1974. O governo conseguiu destituir todos os dirigentes do regime e abolir a censura, a Legião Portuguesa e a PIDE. Os principais objetivos eram: descolonização, democratização e desenvolvimento.

Spínola era muito persistente no âmbito da descolonização, e realmente conseguiu cumprir esse ponto do seu programa, que representava uma tarefa muito importante para a política externa do novo regime. Desde setembro de 1974 até novembro de 1975, países como Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola declararam a sua independência. A descolonização representou uma grande mudança, já que o país nunca tinha tentado desistir das suas colónias, e esse desafio foi completado e definitivo. Desde o século XV, o país enfrentava a escolha entre o Continente e o oceano, e isso foi pela primeira vez que escolheu a Europa. Assim, Portugal transitou do sistema nacionalista com tendências multirraciais e pluricontinentais, para o sistema europeu regionalizador.⁶⁶ Com isso, Portugal teve que aceitar a sua posição marginal no Continente Europeu.

Com a descolonização, iniciou-se uma enorme onda de imigração conhecida também como o fenómeno dos retornados, com até 700 mil pessoas que chegaram a Portugal das ex-colónias africanas.⁶⁷ Foi a primeira vez que mais pessoas chegaram ao país do que dele partiram. Simultaneamente, manteve-se a onda de emigração, representando cada ano uma

⁶⁵ Cf. Sardica, op. cit., 76.

⁶⁶ Cf. Ibid., 77.

⁶⁷ Cf. António Barreto, "Portugal Na Periferia Do Centro: Mudança Social, 1960 a 1995," *Análise Social*, Quarta Série, 30, n. 134 (1995), 844.

perda de cerca de três dezenas de pessoas no mercado de trabalho.⁶⁸

Embora com a descolonização tenha sido possível cumprir um dos pontos importantes do programa, os primeiros dois anos do novo regime foram acompanhados pela instabilidade política, criada pelas ideologias diferentes. Este biénio revolucionário é também conhecido como o Verão Quente. Com a queda do regime fascista, surgiu a necessidade de formar um Estado moderno e democrático, criando novas instituições e novas relações sociais – isso levou a várias lutas políticas e sociais, prestando-se pouca atenção à normalização do Estado. Não foi fácil criar “um Estado democrático forte, socialmente empenhado e eficiente”.⁶⁹ Existiam desacordos e conflitos ideológicos e políticos a respeito da descolonização, especialmente entre os federalistas moderados, como Spínola, e as forças radicais de esquerda, que exigiam a retirada imediata das forças da zona africana.⁷⁰

Esses conflitos e desacordos, na verdade, resultaram quase numa guerra civil. Nesse período, a situação na sociedade portuguesa parecia-se como a da Primeira República no início do século, pois novamente existia um “abismo” entre o sistema político e a sociedade, havendo uma discrepância entre a filosofia socialista, de cunho marxista-leninista, por um lado, e as tendências mais conservadoras, por outro.⁷¹ Durante esse período, iniciou-se o processo de nacionalização de alguns setores-chave, nomeadamente de transportes, bancos ou siderurgia, e os monopólios do Estado foram extintos. Para mais, foi introduzida a Reforma Agrária, expropriando os grandes proprietários com ocupações coletivas no Alentejo e Ribatejo. Para acabar com estas políticas que levassem Portugal a uma “democracia popular sob alçada soviética”, as forças da direita fundaram vários movimentos, levando ao Golpe Militar de 25 Novembro de 1975, quando o MFA pôs termo ao Processo Revolucionário em Curso. Consequentemente, o Partido Socialista português venceu as eleições de 1976. No dia 2 de abril de 1976, foi aprovada a nova Constituição, representando o triunfo da democracia, do multipartidarismo, das tendências pró-ocidentais, e garantindo aos cidadãos direitos e liberdades tanto políticos quanto sociais.⁷²

⁶⁸ Cf. Ibid.

⁶⁹ B. De Sousa Santos, “O Estado e a sociedade na semiperiferia do sistema mundial: O caso português,” Em Meneses M., Nunes J., Añón C., Bonet A., & Gomes N. (Eds.), *Boaventura de Sousa Santos: Construindo as Epistemologias do Sul Para um pensamento alternativo de alternativas*, Volume I, (2019), 361.

⁷⁰ Cf. Ibid.

⁷¹ Cf. Ibid.

⁷² Cf. Sardica, op. cit., 79.

5.2. “Consolidação europeia” (1976-1986)

Ao biénio revolucionário do PREC assim seguiu o período da “consolidação europeia”, que foi liderado pelos socialistas de Mário Soares (1976-1978 e 1983-1985), pela Aliança Democrática (Partido Popular Democrático, Centro Democrático Social e Partido Popular Monárquico) sob a liderança de Francisco Sá Carneiro (1980) e Francisco Pinto Balsemão (1981-1983), e finalmente pelo Bloco Central (1983-1985), que coligia socialistas e sociais-democratas. Estes governos construíram o caminho que consolidou a democracia.

Em junho de 1976, o vencedor das eleições legislativas, Mário Soares, formou o governo constitucional, cujo objetivo principal era o desenvolvimento económico. Deve-se notar que o PREC tinha deixado a economia portuguesa numa má condição, com o valor do crescimento económico de 1,1% em 1974, representando o menor crescimento desde a década de 50, e o desemprego aumentou mais de 5%.⁷³ Por tanto, os dois anos revolucionários representavam uma “vincada deteriorização das finanças públicas e da economia”.⁷⁴ Em consequências disso, o período entre 1976 e 1986, continuou a ser marcado por uma instabilidade económica.

Segundo a Constituição de 1976, a esfera financeira tornou-se completamente subordinada ao Estado, que também garantia o aumento de salários, o que em breve levou o setor privado à beira do colapso financeiro. A dívida pública subiu em dobro, para mais de 35% em 1978.⁷⁵ Esta década foi marcada pelo desemprego e pela estagnação industrial e de construção.⁷⁶ A crise financeira resultou num acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), em 1979, que incluiu “um forte controle monetário e orçamental e uma desvalorização da moeda”.⁷⁷ No final da década 70, começou a ser alcançado um certo equilíbrio financeiro, mas graças à crise do petróleo, Portugal voltou a entrar numa recessão, entre 1983 e 1985. Além disso, a inflação no setor público continuava ao longo dos anos 80.

Após 1976, formava-se também um fenómeno conhecido como “Estado-paralelo”, designando a criação de micro-estados laborais autónomos, actuando independentemente das leis vigentes nas suas esferas. O processo levou à utilização de ilegal mão-de-obra infantil, no Norte do país. Em resposta, nessa região começaram a funcionar os tribunais do trabalho, cujo objetivo principal era reinstalar a legalidade, resultando na falência de algumas empresas que desempenhavam o papel importante no setor das exportações. O Estado-paralelo podia ser

⁷³ Cf. Ibid., 81.

⁷⁴ Ibid.

⁷⁵ Cf. Ibid.

⁷⁶ Cf. Ibid.

⁷⁷ Cf. Ibid., 1023.

comparado com os processos existentes no terceiro mundo, e por fim foi deslegitimado com a entrada de Portugal na C.E.E.

O país enfrentava também outros problemas. A qualidade dos serviços não crescia e estava insuficiente.⁷⁸ Além disso, até os anos 90, havia desigualdade no desenvolvimento das regiões. Existiam diferenças entre as zonas urbanas e rurais, assim como nas áreas metropolitanas, sendo elas mais evidentes nos arredores de Lisboa ou do Porto, onde se encontravam barracas ou bairros-da-lata. Segundo António Barreto,

“ao fenómeno de «não integração na sociedade moderna» sucedeu um outro, composto por uma economia «informal», pela marginalidade e pela «exclusão», onde são numerosos os desempregados e subempregados, os que vivem de expedientes e em condições de precariedade.”⁷⁹

Por outro lado, havia também aspetos que apontavam para uma mudança positiva. Ao longo dos anos 80, o número de pessoas que possuíam um alojamento próprio subiu para uma das taxas mais elevadas na Europa.⁸⁰ Os serviços básicos, como água canalizada, electricidade ou esgoto, e os bens importantes, como fogão ou frigorífico, estavam presentes na grande maioria dos alojamentos, até aos finais dos anos 80.⁸¹ O resultado do alargamento do “estado-providência foi o crescimento do setor educacional e do setor social, ao longo dos anos 80. Criaram-se vários projetos sociais e generalizou-se a escolarização básica. Quanto ao número de estudantes, no ensino secundário subiu de 8 mil, na primeira metade dos anos 70, para 300 mil, ao longo dos anos 80; e no ensino superior de 24 mil, na primeira metade dos anos 70, para 290 mil, ao longo dos anos 80.⁸² A evolução era evidente também no setor da saúde pública. Mudanças consideráveis eram registradas também na justiça, pois o número de tribunais aumentou, tal como cresceu a formalização das relações sociais, sublinhando-se a consciência colectiva dos direitos e deveres civis. Além disso, estabeleceu-se a universalização das pensões.

Todavia, o relançamento económico foi um dos objetivos mais importantes para os dois governos de Mário Soares, com o fim de colocar o país na Europa Ocidental, assim como entrar na Comunidade Económica Europeia. O Partido Socialista promovia a frase “A Europa Conosco”, que ilustra a sua atitude em relação à entrada na C.E.E.⁸³ O pedido de entrada de Portugal foi aceite a 19 de maio de 1978.⁸⁴ Na sociedade portuguesa havia um forte desejo de

⁷⁸ Cf. Ibid., 850.

⁷⁹ Ibid., 851.

⁸⁰ Cf. António Barreto, op. cit., 846.

⁸¹ Cf. Ibid.

⁸² Cf. Barreto, op. cit., 844.

⁸³ Cf. B. de Sousa Santos, op. cit., 388.

⁸⁴ Cf. Diogo Ferreira e Paulo Dias, op. cit., 173.

construir um país democrático, tal como na década 30, quando predominava o entusiasmo por criar um país próspero, nem pequeno nem marginal.⁸⁵ Todavia, o caminho da entrada de Portugal na C.E.E. era bastante lento, devido à instabilidade tanto política quanto económica, e também a más condições sociais. Tudo isso causou que esse caminho levasse sete anos.⁸⁶ O processo era travado também pelas objeções de alguns estados-membros, apesar de os requisitos para a entrada na C.E.E., ou seja, “um sistema político-institucional democrático, multipartidarismo, eleições livres e direitos fundamentais garantidos”,⁸⁷ terem sido todos cumpridos pelo Estado Português.

Alguns estados-membros da C.E.E. tinham objeções a respeito da entrada de Portugal nessa organização, duvidando sobre as capacidades do país de atender aos requisitos. Por tanto, o primeiro ministro, Mário Soares, declarou que se o país tivesse que esperar mais, reforçava as suas relações tanto diplomáticas quanto económicas com os EUA, no quadro geral da NATO.⁸⁸ Isso resultou na promessa formal da C.E.E., em 1984, que Portugal ia entrar na Comunidade a 1º de janeiro de 1986. O desejo de Portugal de aderir à C.E.E. era determinado, na maior parte, politicamente, já que o país procurava definitivamente consolidar a democracia e desvencilhar-se do seu atraso. A sua integração na Europa ajudaria o país, pois a C.E.E. concedia o auxílio financeiro aos membros mais pobres e aos novos membros da organização, e também oferecia novos mercados de importação ou exportação.⁸⁹ Para Portugal, “a Europa era a última esperança de redenção nacional.”⁹⁰ Para exprimir a importância da C.E.E., Mário Soares, em meados dos anos 80, disse o seguinte:

“a adesão à C.E.E. representa uma opção fundamental para um futuro de progresso e modernidade, mas não se pense que seja uma opção de facilidade. [...] exige muito dos portugueses, embora lhes abra simultaneamente, largas perspectivas de desenvolvimento.”⁹¹

A entrada na C.E.E., assim, representava para os portugueses a aceitação internacional do seu país e a esperança do progresso económico, da paz entre os países do Continente, e da garantia do bem-estar e da liberdade a todos os cidadãos.⁹²

⁸⁵ Cf. José Miguel Sardica, op. cit., 82.

⁸⁶ Cf. Ibid.

⁸⁷ Cf. Ibid.

⁸⁸ Cf. José Miguel Sardica, op. cit., 84.

⁸⁹ Cf. Ibid.

⁹⁰ Ibid., 85.

⁹¹ A transcrição do discurso de Mário Soares em 12.06.1985. Acedido em 7 de abril de 2021, em: [Discurso de Mário Soares \(Lisboa, 12 Junho 1985\) - CVCE Website](#)

⁹² Cf. Diogo Ferreira e Paulo Dias, op. cit., 173.

6. Integração Europeia (1986-2000)

6.1. Entrada na C.E.E.

A entrada na C.E.E. representou um ponto de viragem no desenvolvimento e funcionamento de Portugal. Ainda mais importante, foi um grande marco para o país no que diz respeito à sua posição na Europa. Entre outros, a sua adesão à C.E.E. também designava a chegada de uma nova onda política interna, realizando-se eleições legislativas em 1985, devido à dissolução do Bloco Central, após a morte do então líder do PSD, Carlos Monta Pinto. O PSD venceu as eleições e o seu chefe, Cavaco Silva, tornou-se o primeiro ministro.⁹³ Nas eleições presidenciais de 1986, Mário Soares foi eleito o Presidente. Seguiu-se uma das mais longas épocas políticas estáveis, desde os anos 70 do século anterior, com dois governos de Cavaco Silva (1978-1991 e 1991-1995) e dois mandatos presidenciais de Mário Soares (1986-1991 e 1991-1996), na qual se estabeleceu e fortaleceu o regime democrático.

Após a entrada na C.E.E., chegou uma nova época a Portugal, cheia de optimismo, da confiança na democracia, de orgulho e alívio. Segundo vários teóricos, a entrada provocou a chegada de uma nova “era de ouro” ao país.⁹⁴ A Europa também representava a segurança num sentido geral, garantindo a liberdade ou uma forma concreta e visível da democracia. Nos primeiros dez anos que se seguiram à adesão à C.E.E., Portugal conseguiu, através da sua integração, alcançar a normalização democrática do país e melhorar a qualidade de vida. Pode ser dito que a adesão à Comunidade representou o processo “mais vasto de reestruturação económica, social e política.”⁹⁵ Através desse processo, a economia portuguesa abriu-se e internacionalizou-se.

Portugal registou o significativo desenvolvimento económico. Conseguiu criar uma “coerência” entre a esfera económica e social, resultando na construção de infraestruturas e comunicações. Através da integração e a “derrubada” das fronteiras com o exterior, aumentaram tanto as exportações como importações, mas principalmente as importações agrícolas dos países europeus (especialmente da Espanha). As exportações e as importações representaram 73% do PIB, em 1991.⁹⁶ Espanha, Alemanha, França e Reino Unido foram os primeiros investidores estrangeiros em Portugal, o que representou aumento da produção e das exportações para o exterior, especialmente na indústria têxtil ou automotiva. Quanto ao

⁹³ Aníbal Cavaco Silva tornou-se o chefe do PSD já antes das eleições, depois da morte do ex-chefe do partido, Carlos Mota Pinto.

⁹⁴ Cf. João L. César Das Neves, op. cit., 1025.

⁹⁵ Augusto Mateus, "A Economia Portuguesa Depois Da Adesão às Comunidades Europeias: Transformações E Desafios," *Análise Social*, Quarta Série, 27, n. 118/119 (1992), 655.

⁹⁶ Cf. João L. César Das Neves, op. cit., 1026.

investimento directo estrangeiro em Portugal, fomentou economia portuguesa, com 166 milhões dólares em 1986, até 2200 milhões dólares em 1990.⁹⁷

O avanço económico era imediatamente evidente, pois a taxa anual de crescimento representava de 5% a 8% desde 1986 até 1990, e por volta de 3% até 1992.⁹⁸ No Continente europeu, nessa altura, a média taxa anual de crescimento económico representava 2%, o que demonstra ainda mais o progresso português. Desde a entrada na C.E.E., o PIB per capita subiu mais de 20%.⁹⁹ Desta forma, Portugal passava a alcançar economicamente o resto da C.E.E. e tornou-se a quarta economia mais aberta da Europa.¹⁰⁰

A adesão na C.E.E. também ajudou Portugal a diminuir as diferenças regionais, conseguindo “igualizar as diferentes regiões do país perante o «desafio» externo, tendo constituído, através do contributo para a melhoria das redes de transportes e comunicações e para a difusão de padrões de consumo comuns, um forte elemento de homogeneização do espaço social português”.¹⁰¹ No que diz respeito à proporção do analfabetismo na sociedade, devem-se também destacar os esforços na esfera educacional que contribuíram para a redução do analfabetismo. A taxa de analfabetismo adulto diminuiu em dobro, para apenas 12,7%, em 1991.¹⁰²

No entanto, a entrada de Portugal na C.E.E. não representou apenas uma melhoria da economia e um processo da internacionalização mais forte, mas também um “choque externo”, que apontou para certos limites e desequilíbrios na sociedade portuguesa.¹⁰³ Basta olhar para a taxa de inflação, que se não reduziu nos primeiros cinco anos na C.E.E, e basicamente estagnava.¹⁰⁴ Foi só na segunda metade da década 90, quando Portugal realmente evitou que a inflação subisse.¹⁰⁵ Para além da inflação, Portugal também teve de lidar com a relação salário-preço. Os portugueses podiam, na verdade, comprar metade do que, por exemplo, os cidadãos alemães médios.¹⁰⁶

Quanto ao desemprego, Portugal assistiu a uma melhoria até 1992, quando a taxa de desemprego representou apenas 4%, que foi o resultado da criação de cerca de 400 mil

⁹⁷ Cf. Augusto Mateus, op. cit., 662.

⁹⁸ Cf. José Miguel Sardica, op. cit., 84.

⁹⁹ Cf. Ibid., 85.

¹⁰⁰ Cf. Ibid.

¹⁰¹ Manuel Villaverde Cabral, "Portugal E a Europa: Diferenças E Semelhanças," *Análise Social*, Quarta Série, 27, n. 118/119 (1992), 852.

¹⁰² Cf. João L. César Das Neves, op. cit., 1031.

¹⁰³ Cf. Augusto Mateus, op. cit., 660.

¹⁰⁴ Cf. Augusto Mateus, op. cit., 658.

¹⁰⁵ Cf. João L. César Das Neves, op. cit., 1030.

¹⁰⁶ Cf. Augusto Mateus, op. cit., 659.

empregos ao longo dos primeiros cinco anos.¹⁰⁷ A taxa, porém, subiu de novo após a recessão de 1992/1993, atingindo níveis pré-recessão (4%) só por volta de 2000.¹⁰⁸ Em comparação, a taxa média de desemprego na União Europeia representou mais do que 9%, em 2000. Havia, porém, problemas a respeito da distribuição de homens e mulheres no setor do trabalho. Surgiu o fenómeno da feminização da mão-de-obra, que diminuía o número dos homens como força de trabalho.¹⁰⁹ As mulheres, porém, recebiam pelo seu trabalho salários mais baixos do que os homens.

Em 1992, a C.E.E. tornou-se a União Europeia, através do Tratado de Maastricht, e além disso, Portugal realizou a sua presidência europeia. Segundo o Eurobarómetro, em 1992, os portugueses eram os cidadãos europeus mais satisfeitos graças ao melhoramento das condições económicas em suas casas.¹¹⁰ 82% dos portugueses acharam a adesão beneficiária, tornando Portugal um dos países onde a opinião pública se tinha transformado muito, já que os números dos inícios da década 80 foram muito baixos.¹¹¹ Portugal foi também um dos países onde a instituição de uma “cidadania europeia” foi percebida como beneficiária.¹¹²

Portugal, sem dúvida, aproximou-se do resto da Europa moderna graças à sua adesão à C.E.E., ou seja, UE. Portugal avançava economicamente em vários aspectos, o que andava de mãos dadas com uma melhor qualidade de vida dos portugueses. Assim, pode-se dizer que a sociedade portuguesa descobriu o que é fazer parte da Europa moderna, embora o país ainda não se encontrasse no nível desejado. Cavaco Silva e Mário Soares tornaram-se os “rostos de um Portugal moderno, que brilhava como o ‘bom aluno’ da Europa.”¹¹³ A sua adesão à C.E.E., no entanto, não foi o único acontecimento que ajudou Portugal no seu caminho para um futuro melhor e, sobretudo, para um melhor posicionamento e reconhecimento na Europa.

6.2. Lisboa 94 – Capital Europeia da Cultura

Outro acontecimento que ajudou Portugal a integrar-se melhor na Europa foi o facto de Lisboa tornar-se, em 1994, a Cidade Europeia da Cultura. O principal objetivo do evento foi transformar o espaço urbano de Lisboa, bem como restaurar a identidade nacional, a cultura e a localização geográfica de Portugal no âmbito da sua actividade na Comunidade.¹¹⁴ Portugal

¹⁰⁷ Cf. *Ibid.*, 660.

¹⁰⁸ Cf. João L. César Das Neves, *op. cit.*, 1031.

¹⁰⁹ Cf. B. De Sousa Santos, *op. cit.*, 375.

¹¹⁰ Cf. *Ibid.*

¹¹¹ Cf. *Ibid.*, 948.

¹¹² Cf. *Ibid.*, 947.

¹¹³ Cf. Sardica, *op. cit.*, 85.

¹¹⁴ Cf. Kimberly DaCosta Holton, "Dressing for Success: Lisbon as European Cultural Capital," *The Journal of American Folklore* 111, n. 440 (1998), 173.

procurava recuperar-se do seu declínio, e o país garantia um futuro promissor como membro oficial da C.E.E. Além de Lisboa 1994, havia outros eventos que fizeram Portugal mais visível. Em 1991, o país assumiu o palco principal em Bruxelas, no festival Europilia; em 1992 Portugal ocupou a presidência da União Europeia; e em 1993 a National Gallery de Washington instalou uma importante exposição de objetos e arte barroca portuguesa.¹¹⁵

Desta maneira, Portugal procurava tornar-se “uma parte do centro”.¹¹⁶ Mário Soares tinha fé no futuro de Portugal e acreditava também que, quando Lisboa se tornasse a Cidade Europeia da Cultura, isso também contribuiria para o desenvolvimento do país. Em 1987, disse o seguinte: “Portugal era um país amordaçado, isolado e suspenso no tempo [...] Portugal já sabe o que é quer, para onde está a ir e o que deve ser feito para chegar lá. É um país que redescobriu o seu curso.”¹¹⁷ Soares assim articulou uma ambição centrípeta de Portugal no seu discurso, aludindo aos triunfos da época dos descobrimentos, no século XVI, para descrever o “curso redescoberto” do seu país em direção à Europa.

A imaginação coletiva da centralidade de Portugal na Europa deu origem a planos para a transformação urbana de Lisboa, que representava uma expressão performática do novo estatuto de Portugal como o estado-membro da C.E.E.¹¹⁸ Os delegados portugueses exerciam pressão para o evento ser no ano de 1994, para que o título honorário coincidesse com o 20º aniversário da Revolução de 1974.¹¹⁹ Deste modo, Portugal comemorou a Revolução mas também marcou a sua “estreia” cultural na C.E.E. Portanto, no ano de 1994 o país lembrava tanto a redução do seu território, após a libertação das suas colónias e a queda do império colonial, quanto a expansão das fronteiras socioespaciais, após a adesão à Comunidade. Este diálogo, entre as forças de redução e expansão, entre nacionalismo e integração europeia, foi refletido na publicidade e na renovação urbana.

O programa “Cidade Europeia da Cultura” teve início já em novembro de 1983, durante a primeira reunião dos ministros da cultura da C.E.E.. O objetivo original do programa, que cada ano escolhia um município europeu como a “Cidade Europeia da Cultura”, era ajudar a fazer os povos dos estados-membros mais próximos entre si.¹²⁰ A organização de Lisboa 1994 estava nas mãos do governo português e da Câmara Municipal de Lisboa, que juntos criaram a

¹¹⁵ Cf. Ibid., 176.

¹¹⁶ Cf. Ibid., 173.

¹¹⁷ “Portugal was a country gagged, isolated and suspended in time ... [but] Portugal now knows what it wants, where it is going and what it has to do to get there. It is a country that has rediscovered its course.” Ibid. Tradução nossa.

¹¹⁸ Cf. Ibid., 174.

¹¹⁹ Cf. Ibid.

¹²⁰ Cf. Ibid.

Sociedade de Lisboa (SL94), depois dividida em áreas culturais como animação, cinema, vídeo, clássica música e ópera, exposições, literatura e pensamento, música popular, publicação, teatro e dança e intervenção urbana.¹²¹ A Sociedade de Lisboa tinha por objetivo ampliar e melhorar locais culturais, utilizar plenamente a capacidade existente de espaços culturais e aumentar a visibilidade para o setor cultural.¹²²

No âmbito da propaganda do evento, foram instaladas cadeiras em diferentes lugares de Lisboa. No entanto, como Portugal tinha passado anos de isolamento forçado na margem do Continente, as cadeiras vazias não eram o tipo de imagem que a Sociedade de Lisboa procurava criar.¹²³ Criou-se, portanto, uma nova propaganda, que se centrou não no “fardo” do passado de Portugal, mas no seu novo curso no futuro. Além disso, foram criados outdoors com cores brilhantes e linhas nítidas, assim como símbolos amplos e enérgicos, que enfatizavam temas de atividade e cosmopolitismo, foram colocados em toda a cidade.

Como já dito, a infraestrutura foi um dos aspetos que Lisboa procurava melhorar no âmbito do evento. Todavia, numa entrevista de 1994 com o autor português e o futuro vencedor do Prémio Nobel, José Saramago, intitulada "A minha Lisboa já não existe", ruído, poluição e "trânsito infernal" são mencionados como elementos novos e desprezíveis em uma Lisboa em mudança, da qual o autor não gosta e a qual não reconhece.¹²⁴ Na Praça da Espanha foram instaladas várias rodas motorizadas alusivas à indústria e ao progresso, que foi um dos símbolos mais ressonantes do esforço dos portugueses de se tornarem progressistas, visto que não havia quase nenhuma indústria no país, até aos anos 1950. Houve outros outdoors significativos simbolizando Lisboa como palco, avenida, liberdade, uma cidade em ensaio ou uma cidade em exposição.¹²⁵ Um pouco paradoxalmente, estes outdoors estavam localizados em um dos bairros ribeirinhos mais antigos de Lisboa, São Vicente, onde varais de secar roupa decoravam as casas de azulejos.¹²⁶ Deve ser dito ainda que isto foi na altura quando uma superestrada, ligando Lisboa ao Porto, e megacentros culturais estavam a ser construídos também, graças aos fundos da C.E.E.¹²⁷

Alguns dos conceitos incluídos na propaganda do evento, especialmente a "liberdade" e a "avenida", aludiam à Avenida da Liberdade em Lisboa que se tinha tornado um grande símbolo para o país. Até Fernando Pessoa, o renomado poeta português, escreveu um

¹²¹ Cf. *Ibid.*, 175.

¹²² Cf. *Ibid.*, 176.

¹²³ Cf. *Ibid.*, 177.

¹²⁴ Cf. *Ibid.*, 178.

¹²⁵ Cf. *Ibid.*, 179.

¹²⁶ Cf. *Ibid.*, 173.

¹²⁷ Cf. *Ibid.*, 179.

manuscrito inédito sobre a Avenida, como parte do seu projeto patriótico contra a degradação de Portugal na Europa. Além disso, a Avenida tornou-se o símbolo da liberdade duramente conquistada em Portugal em 1974.¹²⁸ Outro local importante de Lisboa era a Praça do Comércio, que deveria receber turistas e que, por alguns, era comparada a uma sedutora “grande dama”, com o rio Tejo aos seus pés.¹²⁹ Foram justamente os turistas que se tornaram um elemento importante da economia portuguesa, com o aumento total do turismo de 6%, em 1994.

É importante notar que a força de trabalho em Portugal tinha mudado muito antes do evento de Lisboa 1994, graças ao crescimento da imigração africana, desde 1974. Isso fez de Lisboa uma das cidades europeias com o maior número de residentes africanos, que era mais de 100 mil.¹³⁰ Porém, embora Lisboa se tivesse tornado o lar de tantos africanos, este facto foi ignorado nos megaeventos da década de 1990. Alguns defendem que a cultura portuguesa da década de 1990 foi atrelada ao vasto projeto de vestir o espaço municipal em nome da criação de uma imagem nacional, e que os imigrantes não estavam incluídos nessa imagem.¹³¹

No âmbito da propaganda de Lisboa 1994, vários edifícios foram renovados, com destaque para alguns espaços culturais, como o Museu do Chiado. Mais importante, algumas novas construções também foram incluídas, como o Centro Cultural de Belém, por exemplo. Além disso, surgiu um novo projeto, chamado “Sétima Colina”, trazendo de volta a luz para a cidade com vários prédios de cores vivas.¹³² Basicamente, o projeto visava restaurar o espaço exterior da cidade. Através deste projeto, além da transformação do traje urbano da cidade, formou-se uma preocupação do público com a mudança da imagem de Lisboa.

No final, mais de 1,5 milhões de pessoas (predominantemente portugueses) vieram testemunhar o complexo projeto Lisboa 1994.¹³³ A frequência a galerias e museus aumentou consideravelmente, e os organizadores de Lisboa 1994 conseguiram tornar a cultura mais visível, mesmo aos olhos dos portugueses. O atendimento superou os objetivos iniciais, sinalizando que os portugueses estavam interessados pela cultura.¹³⁴ No entanto, alguns argumentaram que todo o acontecimento disfarçava a continuação da condição periférica de Lisboa.¹³⁵ O seu estado periférico era evidente na medida em que Lisboa ainda se encontrava em reconstrução, com guias e camiões de cimento espalhados pela cidade. Pode-se argumentar

¹²⁸ Cf. *Ibid.*, 160.

¹²⁹ Cf. *Ibid.*, 181.

¹³⁰ Cf. *Ibid.*, 182.

¹³¹ Cf. *Ibid.*, 183.

¹³² Cf. *Ibid.*, 188.

¹³³ Cf. *Ibid.*, 189.

¹³⁴ Cf. Kimberly DaCosta Holton, *op. cit.*, 190.

¹³⁵ Cf. *Ibid.*

que o objetivo de Lisboa 1994 era criar uma ilusão e fazer esforços para alcançar os padrões europeus.

6.3. Exposição Mundial de 1998

Como referido, foram vários os momentos em que Portugal tornou-se mais visível, ao longo da década 90. O evento de Lisboa 1994 foi importante, mas quatro anos depois, Lisboa voltou a sediar um acontecimento relevante, a Exposição Mundial de 1998. Portugal, aliás, não era novato a acolher tais exposições. Foi em 1775 a 1776, quando Portugal acolheu provavelmente uma das primeiras exposições industriais da Europa até então. Estas exposições foram importantes para o desenvolvimento do país: “prontas a captar os avanços da indústria, elas desempenharam, sem sombra de dúvida, um papel catalisador e contribuíram para a difusão das técnicas, dos processos e dos produtos.”¹³⁶ Ao realizar mais um megaevento, em 1998, Portugal estava, de novo, a tentar fazer a si mesmo e a sua cultura visíveis aos olhos de todo o mundo. Foi mais um evento bastante complexo, de carácter internacional e nacional, que envolvia diversos setores, como política, economia ou mercado, e era planeamento urbano. Sem dúvida, foi um evento que teve um grande impacto no desenvolvimento de Portugal e da sua cultura. A Exposição Mundial é um evento cuja organização e planeamento são baseados em um conjunto de interesses tanto internacionais, quanto locais. A Exposição Mundial serve para divulgar diversas inovações, sejam tecnológicas, científicas e culturais, e também para criar uma competitividade entre nações e cidades.¹³⁷ Segundo alguns, o projeto da Exposição Mundial, no final, funciona como um produto internacional, ajudando a elevar os fluxos financeiros e o processo de profissionalização.¹³⁸ Através da Expo 98, Portugal, como um país periférico e isolado durante séculos, teve mais uma grande oportunidade de se exibir e fazer parte do mundo moderno.

A Expo 98 decorreu de 22 de maio a 30 de setembro de 1998. O seu tema principal foi “Os oceanos, um património para o futuro”, aludindo tanto aos descobrimentos portugueses, como a um significado geral dos oceanos. Assim, representou de certa forma um compromisso entre um tema nacional e um assunto de importância mundial, neste caso, o de salvar os oceanos. Um dos principais objetivos do projeto era criar um novo espaço público que fosse agradável para a sociedade civil e apresentasse inovações e novas oportunidades.¹³⁹ A Expo 98

¹³⁶ José Amado Mendes, “As Exposições Como ‘Festas da Civilização’: Portugal nas exposições internacionais (sécs. XIX-XX),” *Gestão e Desenvolvimento*, n. 7 (1998), 262.

¹³⁷ Cf. Claudino Ferreira, “A Exposição Mundial de Lisboa de 1998: contextos de produção de um mega-evento cultural,” *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 51 (1998), 46.

¹³⁸ Cf. *Ibid.*, 47.

¹³⁹ Cf. *Ibid.*

teve por fim intervir urbanística e culturalmente sobretudo na cidade de Lisboa e nas suas zonas metropolitanas, mas também no resto do país. O evento servia para proporcionar ao público português o contacto com alguma da oferta internacional no domínios das artes, do lazer e da recreação e atingir a requalificação da zona oriental de Lisboa e a sua reconversão num espaço urbano multifuncional, marcado por uma vocação essencialmente cultural e lúdica”.¹⁴⁰ Graças a estes objetivos, Lisboa tornou-se o lar do recém-construído Oceanário, Pavilhão Multiusos, ou Pavilhões de Portugal.¹⁴¹ No entanto, os objetivos não se baseavam apenas na renovação da capital, mas também na propaganda política e cultural. Os organizadores esperavam modernizar a cultura, que tinha recebido mais atenção graças às revitalizações do espaço público e cultural, especialmente em Lisboa

É importante destacar que a cidade capital, Lisboa, veio a sofrer mudanças demográficas nas duas décadas anteriores ao evento Expo 98. Lisboa, de facto, tinha perdido um terço da sua população que se mudou, especialmente da zona leste da cidade, para os subúrbios de Lisboa. Isso também se deve ao surgimento do setor de serviços que desertou muitos bairros antigos. Lisboa estava a perder competitividade com outras cidades ibéricas como Madrid ou Barcelona. Receber a Expo 98 representou uma oportunidade de melhorar a qualidade de vida em Lisboa e de equilibrar os bairros da cidade. Assim, a construção do Parque Expo 98 teve um importante papel urbanístico, sendo localizada mesmo na parte leste da cidade, à beira do rio Tejo.

Um dos objectivos do evento era mostrar que Portugal era não só um país ensolarado com gente hospitaleira, mas também um país de rica cultura, congressos modernos e capacidade de organização de alto nível. A Expo 98 teve um grande impacto no setor turístico, especialmente graças à renovação e melhoria da infraestrutura, principalmente dos meios de transporte – modernizou-se o aeroporto, construiu-se uma nova estação ferroviária e desenvolveu-se a rede de transporte subterrâneo.¹⁴² A maior parte dos espaços construídos ou exposições foram mantidos após o final da Expo 98 e, em termos de ambiente, qualidade de vida e lazer, o Parque deveria representar a "nova Lisboa".¹⁴³

Graças aos resultados positivos da Expo 98, Lisboa tornou-se palco de vários outros eventos, nomeadamente campeonatos mundiais desportivos, como o Campeonato do Mundo Júnior de Basquetebol (1999), Campeonato Mundial de Bowling (2000), Masters Tennis Cup (2000), Indoor Campeonato Mundial de Atletismo (2001), Campeonato Mundial de Ciclismo

¹⁴⁰ Ibid., 53.

¹⁴¹ Ibid.

¹⁴² Cf. Ibid.

¹⁴³ Cf. Jonathan Edwards, Miguel Moital, Roger Vaughan, “The Impact of Mega Event: the Case of EXPO’98-Lisbon,” *Festivals and Tourism: Marketing, Management and evaluation*, (2004), 204.

(2001) e Campeonato Mundial de Esgrima (2001).¹⁴⁴ Sem dúvida, Portugal e, mais importante ainda, Lisboa receberam um enorme reconhecimento e atenção graças a uma imagem de capacidade de organização e infraestruturas recentemente desenvolvidas.¹⁴⁵ Segundo o presidente da ATL (Associação de Turismo de Lisboa), "Lisboa foi a última cidade a ser descoberta pelos europeus [...]. E há um conjunto de cidades [...] do tipo 'city break'.¹⁴⁶ Lisboa não foi neste grupo. Lisboa entrou no grupo depois deste evento."¹⁴⁷ A Expo também levou ao desenvolvimento da navegação de cruzeiros em Portugal, com quase 190 mil pessoas utilizando o porto de Lisboa para o desembarque, em 2000.¹⁴⁸ Foi já em 1998 quando a cidade de Lisboa se tornou o primeiro porto de cruzeiros do Atlântico na Europa, seguida por Copenhaga.¹⁴⁹

A Expo 98 serviu também como "o lugar da transferência e do intercâmbio de competências e saberes técnicos especializados."¹⁵⁰ Isso ajudou a desenvolver, modernizar e globalizar a cultura portuguesa. Em conclusão, com cerca de 10 milhões de visitantes recebidos, a Expo 98 levou à "difusão [...] das novas tecnologias [...] com formas de criação artística mais convencionais, a combinação de influências locais e globais na produção cultural nacional e a sua interpenetração crescente".¹⁵¹ A Expo 98 representou um marco criador da imagem de Portugal, especialmente no âmbito do turismo e da sua representação no mundo.

6.4. Portugal a partir de 2000

Desde 2000 à atualidade, o país foi liderado por seis primeiros-ministros (António Guterres, José Manuel Durão Barroso, Pedro Santana Lopes, José Socrates, Pedro Passos Coelho e António Costa) e três presidentes (Mário Soares, Jorge Sampaio Aníbal Cavaco Silva e Marcelo Rebelo de Sousa), cujo objetivo era continuar com a integração na UE e o desenvolvimento do país.

Para examinar o desenvolvimento de Portugal após 2000, serão destacados vários aspetos que apontam para o seu progresso e a importância da sua adesão à UE. Como primeiro, mencionemos as infra-estruturas, cuja densidade triplicou, desde 1995 até 2003, e Portugal

¹⁴⁴ Cf. *Ibid.*, 207.

¹⁴⁵ Cf. *Ibid.*

¹⁴⁶ 'City break' é um curto feriado passado em uma cidade. ("A short holiday spend in a city.") Tradução nossa. *Collins English Dictionary*, acessado em 7 de abril de 2021 em: <https://www.collinsdictionary.com/dictionary/english/city-break>.

¹⁴⁷ "Lisbon was the last European Capital to be "discovered" by Europeans [...]. And there is a group of cities in Europe which are city break cities. Lisbon was not in that club. Lisbon got into the club after the event." Edwards, Moital, Vaughan, 208. Tradução nossa.

¹⁴⁸ Cf. *Ibid.*, 209.

¹⁴⁹ Cf. *Ibid.*

¹⁵⁰ Claudino Ferreira, *op. cit.*, 61.

¹⁵¹ *Ibid.*

então ultrapassou a média da UE, mas ainda estava atrás da Holanda ou da Bélgica.¹⁵² Portugal estava a tornar-se muito mais acessível através das suas infra-estruturas, com 2700 km de estradas principais e secundárias (2300 km das quais eram auto-estradas), construídas desde a sua entrada no C.E.E., em 1986, até 2006.¹⁵³ O país, portanto, estava a fazer esforços para se tornar competitivo globalmente dentro da UE em termos da infraestrutura e acessibilidade, o que levou à redução do tempo de viagem entre suas regiões e cidades.¹⁵⁴ Em 2012, a densidade de autoestradas manteve-se uma das mais elevadas da UE, superada apenas pela Alemanha e Eslovénia.¹⁵⁵ A construção das infraestruturas é o resultado da importância delas na movimentação interna de mercadorias, representando os números mais altos do que no resto da UE.

Em termos demográficos, registou-se um considerável crescimento da população residente, de 7%, entre 1991 e 2005, com um crescimento maior na zona de Lisboa e do Algarve.¹⁵⁶ Portugal assim assistiu a uma recuperação demográfica visível, entre os anos 90 e a primeira década do século XXI. Portugal assistiu também a um aumento do número de estrangeiros a residirem no país.¹⁵⁷ O crescimento da população estrangeira foi o resultado da constante imigração do Brasil e dos países africanos de língua portuguesa. O país estava então tornar-se mais internacionalizado e global, no sentido de deixar de ser um país isolado e tornar-se um país de lar de muitos imigrantes, também de outros países europeus, como Alemanha ou França. A partir de 2011, porém, o número de pessoas provenientes dos países da Europa Ocidental e também dos países africanos tem diminuído, enquanto que o número de pessoas provenientes dos países da Europa de Leste tem apresentado uma tendência crescente.¹⁵⁸ A imigração era o principal responsável pelo crescimento da população total, mas pela sua tendência decrescente, desde 2011, a população total apresenta uma diminuição. A qualidade de vida em Portugal melhorou ao longo da sua integração europeia, o que é ilustrado pela taxa da expectativa da vida, subindo de 74,3, em 1989, para 81,1 em 2020.¹⁵⁹ Além disso, a taxa de mortalidade infantil manteve-se abaixo da média da UE, revelando a evolução favorável da

¹⁵² Cf. Eurostat – Data Explorer, acessido em 7 de abril em: Industry, innovation and infrastructure - Sustainable development indicators - Eurostat (europa.eu)

¹⁵³ Cf. Instituto Nacional de Estatística, I.P., Parlamento Europeu: Gabinete em Portugal, Representação da Comissão Europeia em Portugal, *Portugal – 20 Anos Integração Europeia/Portugal – 20 Years European Integration*. (2007), 18.

¹⁵⁴ Cf. Ibid., 19.

¹⁵⁵ Cf. Instituto Nacional de Estatística, I.P., *Portugal – 30 Anos Integração Europeia/Portugal – 20 Years European Integration*, (2016), 12.

¹⁵⁶ INE, Censos 1991 e Estimativas Demográficas 2005 apud. Instituto Nacional de Estatística, I.P., Parlamento Europeu, op. cit., 18.

¹⁵⁷ INE, Estatísticas Demográficas; Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) apud. Ibid.

¹⁵⁸ Cf. Instituto Nacional de Estatística, I.P., 38.

¹⁵⁹ Cf. Eurostat - Data Explorer

qualidade de vida no país.

Em termos da educação, por volta de 2000, o nível de escolaridade ainda estava longe da média da UE, embora tivesse vindo a melhorar desde a entrada de Portugal na C.E.E. É claro que embora Portugal tenha tentado integrar-se no Continente europeu em todas as esferas, ainda sofre das consequências do seu declínio e da defasagem estrutural no passado. Para notar a diferença, basta olhar para a taxa da população com 25 a 64 anos que possuiu o ensino secundário completo, que era duas vezes menor em comparação com a média da União, em 2014.¹⁶⁰ As taxas, porém, mostram que a média da UE se manteve no mesmo nível entre 2000 e 2014, enquanto que Portugal assistiu a uma tendência crescente, a partir de 2008.¹⁶¹ Também a proporção de alunos que abandonam precocemente a escola entre a população jovem era muito alta em Portugal por volta de 2000, mas em 2014, o país aproximou-se da média da UE.¹⁶² No entanto, existem algumas ambivalências quanto ao nível da escolaridade em Portugal, cujos valores são mais elevados no caso das crianças de 5 anos a frequentar a escola e ultrapassam a média da UE.¹⁶³ Portugal está, sem dúvida, a fazer esforços no que diz respeito ao seu sistema da escolaridade. Desde à sua adesão até 2009, o país realizava grandes despesas neste sector, que eram, em percentagem do PIB, superiores ao resto do Continente. A partir da crise financeira de 2009, porém, esta percentagem começou a diminuir, atingindo números quase idênticos com o resto da União.

Em termos de taxa de desemprego nas últimas duas décadas, esta revelou padrões cíclicos. A taxa de desemprego era cerca de 5% por volta de 2000, representando o número duas vezes mais baixo quando comparado com o resto da UE.¹⁶⁴ A partir desse ano, porém, a taxa de desemprego cresceu, atingindo o seu pico por volta de 2012, quando representou mais de 15%.¹⁶⁵ Isso foi o resultado da crise financeira que fez a taxa aumentar mais de 5%, desde 2008.¹⁶⁶ A partir de 2012, a taxa de desemprego começou a diminuir e atualmente representa cerca de 7%, mesmo como na média da UE.¹⁶⁷

Em termos do desenvolvimento humano (IDH), Portugal registou uma melhoria desde a sua adesão à UE, embora ainda mantenha uma das posições menos favoráveis na UE, ocupando a 22ª posição.¹⁶⁸ O crescimento do índice do PIB per capita foi significativo,

¹⁶⁰ Cf. Eurostat - Data Explorer

¹⁶¹ Cf. Instituto Nacional de Estatística, I.P., 49.

¹⁶² Cf. Instituto Nacional de Estatística, I.P., 59.

¹⁶³ Cf. Eurostat - Data Explorer

¹⁶⁴ Cf. Ibid., 71.

¹⁶⁵ Cf. Ibid.

¹⁶⁶ Cf. Ibid.

¹⁶⁷ Cf. Eurostat - Data Explorer

¹⁶⁸ Cf. Human Development Report, 2020

principalmente desde os anos 90 até 2004, representando um dos maiores na União.¹⁶⁹ Este crescimento foi o resultado da melhoria quer no setor educacional, quer na relação salarial per capita e, por fim, na taxa de esperança de vida. A taxa do PIB, porém, registou uma queda em 2011 devido à recessão.¹⁷⁰ Para destacar o impacto da crise financeira entre 2008 e 2009, basta olhar para a taxa do crescimento do PIB per capita, que era três vezes menor entre 2000 e 2014, em comparação com o período entre 1986 e 2000.¹⁷¹ A inflação, tal como o desemprego, representavam um carácter cíclico, com o aumento imediato a partir de 2009, atingindo o seu pico em 2011.¹⁷² Não obstante, em termos gerais, o índice do PIB per capita aumentou significativamente desde a adesão de Portugal à UE, e hoje representa 79% da média da UE.¹⁷³

Registou-se também uma melhoria significativa em termos de abertura da economia portuguesa, ou seja, dos índices de importação e exportação, desde o início da integração europeia. Por outro lado, Portugal não tem conseguido nesse setor acompanhar a média da UE, encontrando-se abaixo da média, a partir de 2000.¹⁷⁴ Portugal também viu uma queda no peso das exportações e das importações no PIB, entre 2008 e 2009. No que diz respeito à dívida pública, Portugal registou um aumento desde 2000, após anos de estabilização. Por volta de 2005, Portugal ultrapassou a média da UE e manteve-se acima dela até agora.¹⁷⁵ No que se refere à perceção da UE pela sociedade portuguesa, o Eurobarómetro dos primeiros dez anos do novo século mostrou que a perceção era bastante positiva. Um pouco mais de uma metade dos portugueses considerava a UE uma coisa boa e ainda mais portugueses consideravam a sua adesão à UE benéfica, ultrapassando a média da UE.¹⁷⁶ A sociedade portuguesa apresenta também um nível de confiança consideravelmente elevado nas instituições da UE, também superior à média da UE.¹⁷⁷

Pode-se assim resumir que o desenvolvimento de Portugal desde a sua integração europeia pode ser dividido em duas décadas: a primeira, mais positiva e progressiva, entre 1986 e 2000; e a segunda, mais problemática, com uma profunda crise financeira entre 2008 e 2009 que piorou todos os indicadores económicos por alguns anos. Em geral, porém, Portugal seguramente tem sido beneficiado pela sua adesão à C.E.E./UE. Graças à sua integração na

¹⁶⁹ Cf. *Ibid.*, 88.

¹⁷⁰ Cf. Instituto Nacional de Estatística, I.P., 82.

¹⁷¹ Cf. *Ibid.*

¹⁷² Cf. *Ibid.*, 103.

¹⁷³ Cf. Instituto Nacional de Estatística, I.P., 2020

¹⁷⁴ Cf. Instituto Nacional de Estatística, I.P., Parlamento Europeu, *op.cit.*, 90.

¹⁷⁵ A taxa da dívida pública em Portugal era de 117,7% do PIB, em 2019, segundo o Eurostat.

¹⁷⁶ Cf. Eurobarómetro, ed. 72, (2009)

¹⁷⁷ Cf. Instituto Nacional de Estatística, I.P., Parlamento Europeu, *op.cit.*, 130.

Europa, Portugal tornou-se um país cosmopolita.¹⁷⁸ Deve-se destacar que “Portugal deixou de estar condenado à periferia de uma Europa”, e que se tornou um país capaz de desafiar a globalização.¹⁷⁹ Através da consolidação da democracia e da introdução da competitividade, Portugal passou a fazer parte do mundo da diversidade e das relações internacionais. Simultaneamente, o país faz parte de uma das maiores zonas de comércio livre no mundo, que é a UE. Portugal, assim, passou de um país isolado, periférico e subdesenvolvido para um país que se aproxima aos países mais ricos na Europa e, em 2021, pela quarta vez assume a Presidência do Conselho da UE.

¹⁷⁸ Cf. *Ibid.*, 3.

¹⁷⁹ Cf. *Ibid.*

7. Conclusão

O objetivo principal deste trabalho foi, primeiro, analisar a condição periférica de Portugal no âmbito europeu, desde meados do século XIX até à sua adesão à Comunidade Económica Europeia/União Europeia, nos finais do século XX, apresentando razões do seu declínio em relação ao resto do Continente. A seguir, procurou-se examinar o caminho de integração de Portugal na Europa, desde a adesão até à atualidade, tentando mostrar se o país tem sido capaz de eliminar as diferenças que o separavam do resto da Europa.

Como primeiro, esboçamos o desenvolvimento de Portugal na segunda metade do século XIX, concentrando-nos nos últimos anos da monarquia portuguesa. Mostrámos que o sistema monárquico estava perante o colapso, mesmo que nessa altura o país estivesse a fazer progressos no setor industrial, com a construção de redes rodoviárias e ferroviárias, unindo Lisboa com outras regiões e cidades europeias. Esta melhoria das redes internacionais ajudou os portugueses, conscientes da sua posição geográfica menos favorável e marginal, a estabelecer ligações com outros países europeus. Apesar de um certo desenvolvimento industrial, o país apresentava nesse período graves problemas económicos o que fez com que muitos portugueses emigrassem para outros países europeus. A seguir, examinámos a trajetória de Portugal para a proclamação da República, nos inícios do século XX, e o seu fracasso, que levou, nos anos 30, ao estabelecimento do Estado Novo, com Salazar na frente do governo.

Analisámos vários aspetos políticos, económicos ou ideológicos da ditadura salazarista que reforçaram a posição marginal do país, tornando-o uma periferia da periferia. A marginalidade do país foi expressa na frase do próprio ditador “Orgulhosamente Sós!”, pela qual ele se referia ao isolamento internacional de Portugal durante a Guerra Colonial. O isolamento do país podia ser observado quer na propaganda do Estado, quer no sistema educacional que não preparava as crianças para nenhum progresso no futuro, quer na cultura que se concentrava na celebração nacionalista da rica história de Portugal. O Estado não apoiava o progresso industrial, já que considerava a indústria um elemento perturbador e capitalista. Na década de 1950, porém, Portugal mudou a sua perspetiva sobre a indústria e começou a fazer esforços neste setor, passando de um país com uma economia retardária para um país que atingiu o crescimento económico médio do mundo.

Na segunda parte do trabalho, descrevemos a queda do regime autoritário e os subsequentes esforços de Portugal para a consolidação democrática e os avanços económicos. Depois concentrámo-nos na descrição do processo de integração europeia do país. O fato de Portugal tornar-se um membro da Comunidade Económica Europeia representou um grande

marco quanto à sua posição na Europa, sendo considerado quase uma “redenção nacional”.¹⁸⁰ Com a entrada na C.E.E., consolidou-se a democracia e melhorou-se, em geral, a qualidade de vida dos portugueses. Por outro lado, observámos que a maior abertura económica e a internacionalização do país apontaram para alguns limites da economia portuguesa, que se manifestaram, por exemplo, na inflação ou na relação salário-preço, e que impediram um desenvolvimento extremamente rápido e sem obstáculos.

Dentro do processo da integração europeia de Portugal, destacámos dois acontecimentos – Lisboa 94, a Capital Europeia da Cultura; e a Exposição Mundial de 1998. Ambos os eventos ajudaram o país a expor-se no contexto internacional e tornar-se competitivo nele. Os eventos receberam milhões de visitantes, o que levou a um maior reconhecimento do país. Por fim, examinaram-se as últimas duas décadas de Portugal, quanto à sua posição e ao seu desenvolvimento no âmbito da União Europeia. Observámos que o caminho de Portugal rumo à sua integração europeia e a maior globalização não tem sido perfeito em vários aspetos, mas o país tem sobretudo beneficiado da sua adesão à UE.

Resumindo, podemos dizer que, ao longo do século XX, Portugal passou de um país condenado à periferia da Europa para um país moderno, internacionalizado e capaz de desafios globais. Na atualidade, Portugal continua a aproximar-se do nível europeu, quer nas condições económicas, quer sociais. Por uma grande mudança passou também a perspetiva dos portugueses em relação a si próprios e ao seu lugar na Europa. Em palavras de Helena Vaz da Silva, eles costumavam a ver-se como pessoas condenadas a “encher o mundo [...] à procura de pão, mas de sonho também.”¹⁸¹ No presente, porém, eles dão-se conta de que começaram a ser descobertos também pelos outros: “estamos contentes, e isso por dois motivos: primeiro pelo muito que temos a receber da Europa – quiçá a ponta mais visível do iceberg, aquela em que mais se fala – mas também pelo muito que pensamos levar-lhe – e esse será, creio eu, o campo de eleição para a nossa diplomacia no futuro.”¹⁸² Na atualidade, fazendo já parte da Europa, o país finalmente pode usufruir da sua posição geográfica periférica: “Portugal é uma cidade, com muitas zonas verdes, com qualidade de vida razoável, com claras vantagens por estar na periferia da Europa, longe de conflitos bélicos”.¹⁸³ Portugal, o país mais ocidental do Continente Europeu, assim conseguiu transformar-se de um país isolado e fechado em um país aberto, quer para a Europa, quer para o resto do mundo.

¹⁸⁰ Cf. Sardica, op. cit., 85.

¹⁸¹ Cf. Helena Vaz da Silva, “Portugal Na Periferia da Europa,” *Camões – Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, n. V (1999), 163.

¹⁸² Cf. Ibid.

¹⁸³ Cf. Mendes, op. cit., 103.

Resumo em eslovaco

Hlavnou témou tejto práce bolo zmapovať cestu Portugalska od úpadku spôsobeného pádom monarchie a vzniku autoritatívneho režimu až po jeho integráciu v rámci modernej a demokratickej Európy. Práca zanalyzovala politické, historické a predovšetkým ekonomické a spoločenské aspekty

V prvej časti bol načrtnutý vývoj Portugalska v druhej polovici 19. storočia, predovšetkým počas posledných 10 rokov. Ukázali sme, že aj napriek pomerne veľkému priemyselnému pokroku, ktorý bol evidentný predovšetkým v rámci výstavby infraštruktúry – výstavba železníc, spájajúca Lisabon s inými európskymi metropolami, nebolo zabránené pádu monarchie, čo viedlo k vzniku nového politického systému v krajine – republiky. Následne boli rozobrané aspekty, ktoré viedli k zániku republiky a prispeli k zrodeniu diktátorského režimu, ktorý panoval v krajine takmer polovicu 20. storočia a výrazne posilnil tvrdú nacionalistickú ideológiu nie len v kontinentálnom Portugalsku ale aj v jeho koloniálnom impériu. Ďalej boli zanalyzované aspekty, ktoré umocňovali nie len geografickú periférnosť krajiny a prispeli ešte viditeľnejšej izolácii. Portugalsko sa tak počas tohto obdobia stalo perifériou periférie. Cieľom bolo v ľuďoch prebudiť nacionalistické vnímanie a oslavovať bohatú históriu krajiny. Priemysel bol vnímaný ako znak kapitalizmu a práve preto tento sektor nebol počas tohto obdobia takmer vôbec podporovaný. Zmena nastala až po roku 1950, kedy si krajina začala uvedomovať zaostalosť svojej ekonomiky a začala robiť kroky k tomu, aby sa priblížila ostatným krajinám. Následne je rozobraný pád tohto autoritatívneho režimu a postupné viditeľné snahy Portugalska integrovať sa v rámci modernej demokratickej Európy a vymaniť sa zo svojej periférnosti.

V ďalšej časti sú teda zanalyzované snahy a konkrétne udalosti, ktoré pomohli krajine vymazať rozdiely medzi Portugalskom a zvyškom kontinentu. Ako prvý je popísaný vstup do Európskeho spoločenstva, ktorý výrazným spôsobom prispel k väčšej ekonomickej prosperite a spoločenským zmenám. Vstup do tohto spoločenstva bol vnímaný ako akési národne vykúpenie. Následne práca zmapovala dve dôležité udalosti, prostredníctvom ktorých sa krajina snažila poukázať na svoje organizačné schopnosti ale predovšetkým na svoju kultúru a zvýšiť tak povedomie krajiny v Európe. Na záver práca skúma vývoj Portugalska v posledných dvoch desaťročiach. Ukázali sme, že aj napriek problémom spojených s ekonomickou krízou v rokoch 2008 a 2009, Portugalsko bezpochybne ťažilo zo svojej integrácie v rámci EÚ. Portugalsko sa z izolovanej a uzatvorenej krajiny, stalo krajinou otvorenou a schopnou plniť veľké výzvy.

Hlavným cieľom práce bolo poukázať na periférnosť Portugalska v rámci európskeho

kontinentu, jeho úpadok, zaostalost' a izoláciu, ktorá sa vďaka autoritatívnemu režimu v krajinu vytvorila. Následne, prostredníctvom analýzy politických, ekonomických a spoločenských aspektov bolo poukázané na snahy krajiny stať sa plnohodnotným a rovnocenným spoločníkom v Európe.

Bibliografia

BIRMINGHAM, David. *A Consise History of Portugal*, 2ª edição. Cambridge, 2003.

FERREIRA, Diogo, Dias, Paulo. *Portugal de Hoje*. Lisboa: Tipografia Lousanense, 2016.

SARDICA, José Miguel. *Século XX Português*. Alfragide: Texto Editores, Lda., 2012.

Fontes eletrónicas

- BAPTISTA, Fernando Oliveira. "A Agricultura E a Questão Da Terra — Do Estado Novo à Comunidade Europeia." *Análise Social*, Quarta Série, 29, no. 128 (1994): 907-21. Acedido em 7 de abril de 2021, em: <http://www.jstor.org/stable/41011193>.
- BARRETO, António. "Portugal Na Periferia Do Centro: Mudança Social, 1960 a 1995." *Análise Social*, Quarta Série, 30, no. 134 (1995): 841-55. Acedido em 7 de abril de 2021, em: <http://www.jstor.org/stable/41011178>.
- BOLT, J., Van Zanden J.L. (2014). "Maddison Project Database, version 2013". *Maddison Project Database*. Acedido em 7 de abril de 2021, em: Maddison Database 2010 | Releases | Groningen Growth and Development Centre | University of Groningen (rug.nl)
- CABRAL, Manuel Villaverde. "Portugal E a Europa: Diferenças E Semelhanças." *Análise Social*, Quarta Série, 27, no. 118/119 (1992): 943-54. Acedido em 7 de abril de 2021, em: <http://www.jstor.org/stable/41010943>.
- CANDEIAS, António. "Modernidade, Educação, Criação De Riqueza E Legitimação Política Nos Séculos XIX E XX Em Portugal." *Análise Social* 40, no. 176 (2005): 477-98. Acedido em 7 de abril de 2021, em: <http://www.jstor.org/stable/41012161>.
- DAS NEVES, João L. César. "O Crescimento Económico Português No Pós-guerra: Um Quadro Global." *Análise Social*, Quarta Série, 29, no. 128 (1994): 1005-034. Acedido em 7 de abril de 2021, em: <http://www.jstor.org/stable/41011197>.
- EDWARDS, J., Moital, Vaughan. "The Impact of Mega Event: the Case of EXPO'98-Lisbon." *Festivals and Tourism: Marketing, Management and evaluation*, (2004): 195-215. Acedido em 7 de abril de 2021, em: https://www.researchgate.net/publication/292810384_The_impacts_of_mega-events_the_case_of_EXPO'98-Lisbon
- EUROBARÓMETRO, ed. 72, (2009). Acedido em 7 de abril de 2021, em: PORTUGAL_EB72_NATIONAL_REPORT_VALIDATED (europa.eu)
- EUROSTAT – Data Explorer. Acedido em 7 de abril de 2021, em: europa.eu.
- FERRAZ, José Manuel. "O Desenvolvimento Socioeconómico Durante a Primeira República (1910-26)." *Análise Social*, Segunda Série, 11, no. 42/43 (1975): 454-71. Acedido em 7 de abril de 2021, em: <http://www.jstor.org/stable/41008189>.
- FERREIRA, Claudino. "A Exposição Mundial de Lisboa de 1998: contextos de produção de um mega-evento cultural." *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 51 (1998): 43-67. Acedido em 7 de abril de 2021, em: <http://hdl.handle.net/10316/10894>
- GONÇALVES, Eduardo C. Cordeiro. *Ressonâncias em Portugal da implantação da República no Brasil (1889-1895)*. Imprensa da Universidade de Coimbra. Acedido em 7 de abril de 2021, em: <http://www.pombalina.uc.pt>

- HOLTON, Kimberly DaCosta. "Dressing for Success: Lisbon as European Cultural Capital." *The Journal of American Folklore* 111, no. 440 (1998): 173-96. Acedido em 7 de abril de 2021, em: www.jstor.org/stable/541940.
- Human Development Report, 2020. Acedido em 7 de abril de 2021, em: <http://hdr.undp.org/en/content/2020-hdr-media-package>.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, I.P., Parlamento Europeu: Gabinete em Portugal, Representação da Comissão Europeia em Portugal. *Portugal – 20 Anos Integração Europeia/Portugal – 20 Years European Integration*. (2007). Acedido em 7 de abril de 2021, em: Portal do INE
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, I.P., Portugal – 30 Anos Integração Europeia/Portugal – 20 Years European Integration. (2016). Acedido em 7 de abril de 2021, em: Portal do INE
- MATEUS, Augusto. "A Economia Portuguesa Depois Da Adesão às Comunidades Europeias: Transformações E Desafios." *Análise Social*, Quarta Série, 27, no. 118/119 (1992): 655-71. Accessed April 7, 2021. Acedido em 7 de abril de 2021, em: <http://www.jstor.org/stable/41010929>.
- MENDES, Firmino. "Portugal: Uma Identidade Na Margem Atlântica Da Europa." *Ábaco*, no. 16 (1998): 99-104. Acedido em 7 de abril de 2021, em: <http://www.jstor.org/stable/20796312>.
- MENDES, José Amado. "As Exposições Como "Festas da Civilização": Portugal nas exposições internacionais (sécs. XIX-XX)." *Gestão e Desenvolvimento*, n. 7 (1998): 249-73. Acedido em 7 de abril de 2021, em: (PDF) As exposições como "festas da civilização": Portugal nas exposições internacionais (sécs. XIX-XX) (researchgate.net)
- PEREIRA, L.F. Raposo. "Capítulo I - Portugal na 1.^a metade do século XX". *Cadernos De Sociomuseologia*, Vol. 39, n. 39 (2012): 23-76. Acedido em 7 de abril de 2021, em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/2668>.
- REIS, Jaime. "O Atraso Económico Português Em Perspectiva Histórica (1860-1913)." *Análise Social*, Terceira Série, 20, no. 80 (1984): 7-28. Acedido em 7 de abril de 2021, em: <http://www.jstor.org/stable/41010449>.
- ROSAS, Fernando. "Estado Novo E Desenvolvimento Económico (anos 30 E 40): Uma Industrialização Sem Reforma Agrária." *Análise Social*, Quarta Série, 29, no. 128 (1994): 871-87. Acedido em 7 de abril de 2021, em: <http://www.jstor.org/stable/41011191>.
- SANTOS, B. de Sousa. "O Estado e a sociedade na semiperiferia do sistema mundial: O caso português". Em Meneses M., Nunes J., Añón C., Bonet A., & Gomes N. (Eds.), *Boaventura de Sousa Santos: Construindo as Epistemologias do Sul Para um pensamento alternativo de alternativas*, Volume I, (2019): 969-901. Acedido em 7 de abril de 2021, em: www.jstor.org/stable/j.ctvt6rkt3.13.
- STOER, Stephen R., Dale, Roger. "Education, State, and Society in Portugal, 1926-1981." *Comparative Education Review* 31, no. 3 (1987): 400-18. Acedido em 7 de abril de 2021, em: <http://www.jstor.org/stable/1188572>.

STOLZ, Yvonne, BATEN, Joerg, REIS, James. "Portuguese Living Standards, 1720-1980, in European Comparison: Heights, Income, and Human Capital." *The Economic History Review* 66, no. 2 (2013): 545-78. Acedido em 7 de abril de 2021, em: <http://www.jstor.org/stable/42921568>.

Trascrição do discurso de Mário Soares em 12.06.1985. Acedido em 7 de abril de 2021, em: Discurso de Mário Soares (Lisboa, 12 Junho 1985) - CVCE Website

Anotação em português:

Autor:	Michael Mačica
Faculdade e Departamento:	Faculdade de Letras, Departamento das línguas românicas
Título da tese:	Portugal – um país na periferia da Europa.
Orientador da tese:	PhDr. Zuzana Burianová, Ph.D.
Número de caracteres:	114 539
Número de anexos:	0
Número de referências bibliográficas:	
Palavras-chaves:	Portugal, história de Portugal, subdesenvolvimento, declínio, isolamento, integração, Europa
Caracterização breve da tese:	Esta tese de licenciatura examina o caminho de Portugal desde o seu declínio e isolamento até a sua integração na Europa moderna. A tese analisa os esforços de Portugal para se integrar no moderno continente europeu após a adesão à Comunidade Económica Europeia e a realização de importantes eventos culturais na década de 1990.

Abstract in English

Author:	Michael Mačica
Faculty and Department:	Faculty of Arts, Department of Romance languages
Title of the thesis:	Portugal – a country at the periphery of Europe
Supervisor:	PhDr. Zuzana Burianová, Ph.D.
Number of characters:	114 539
Number of appendices:	0
Number of bibliographical references:	
Key Words:	Portugal, history of Portugal, underdevelopment, decline, isolation, integration, European continent
Short characteristic of the thesis:	This bachelor's thesis examines Portugal's path from its decline and isolation to its integration into modern Europe. In particular, the thesis analyses Portugal's efforts to integrate itself in the modern European continent after joining the European Economic Community and hosting important cultural events in the 1990s.